

Universidade Federal do Acre
Pró-reitoria de Extensão e Cultura

Enfrentamento à Violência contra

Mulheres e Meninas pela Educação Popular

Programa de Extensão Mulheres da Amazônia

Fabiana Nogueira Chaves | Neuda Muniz Gomes | Joelda da Silva Paes Chaves



2025

**Programa de Extensão Mulheres da Amazônia:
Enfrentamento à Violência contra Mulheres e Meninas pela Educação Popular
Vol. I – Relatório de atividades do Projeto Rede Mulher
Pró-reitoria de Extensão e Cultura
Universidade Federal do Acre**

Expediente

Coordenadoria Editorial e Texto:

Dra. Fabiana Nogueira Chaves

Artes e Diagramação

Thiago Pinheiro Lima

Registros fotográficos

Dra. Fabiana Nogueira Chaves

Neuda Muniz Gomes

Joelda da Silva Paes Chaves

Ma. Alyne Brandão Alves

Ma. Kamila Costa da Silva

Produção

Dra. Fabiana Nogueira Chaves

Maria das Graças Mesquita de Medeiros

Dra. Lya Januária Vasconcelos Beiruth

Neuda Muniz

Joelda da Silva Paes Chaves

Ma. Alyne Brandão Alves

Equipe Pedagógica

Dra. Fabiana Nogueira Chaves

Neuda Muniz

Joelda da Silva Paes Chaves

Ma. Alyne Brandão Alves

Colaboradores:

Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Acre

Secretaria de Estado da Mulher do Acre

Programa Mulher do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Acre



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Chaves, Fabiana Nogueira
Enfrentamento à violência contra mulheres e
meninas pela educação popular [livro eletrônico] :
Programa de Extensão Mulheres da Amazônia / Fabiana
Nogueira Chaves, Neuda Muniz Gomes, Joelda da Silva
Paes Chaves. -- Rio Branco, AC : Ed. das Autoras,
2025.

PDF

Vários colaboradores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-01-96101-9

1. Amazônia 2. Discriminação de gênero
3. Educação popular - Brasil 4. Violência contra
as mulheres - Prevenção 5. Violência contra
crianças - Prevenção 6. Vítimas de violência -
Aspectos psicológicos I. Gomes, Neuda Muniz.
II. Chaves, Joelda da Silva Paes. III. Título.

26-339302.0

CDD-362.8292

Índices para catálogo sistemático:

1. Violência contra a mulher : Problemas sociais
362.8292

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Sumário

1. UMA QUESTÃO DE GÊNERO.....	10
2. MULHERES DO BRASIL, DA AMAZÔNIA, DO ACRE.....	14
3. DOS OBJETIVOS DO PROGRAMA.....	18
4. O TRABALHO DESENVOLVIDO PELO PROJETO REDE MULHER E O ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES.....	19
5. DESCRIÇÃO DAS OFICINAS E AÇÕES POR MUNICÍPIO.....	26
6. RESULTADOS.....	80
7. ENCAMINHAMENTOS.....	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	85

Prefácio

É com grande honra que apresento o e-book “**Enfrentamento à violência contra mulheres e meninas pela educação popular**”, do Programa de Extensão Mulheres da Amazônia, uma obra que simboliza o compromisso da Universidade Federal do Acre (Ufac) com a educação popular e o enfrentamento à violência contra mulheres e meninas em nosso estado. Esta publicação é resultado de um esforço coletivo, que integra academia, movimentos sociais e comunidades, em busca de uma sociedade mais justa, igualitária e livre de violências.

A Amazônia, com sua imensa diversidade cultural e natural, é também um território marcado por desafios profundos, especialmente para as mulheres, que enfrentam diariamente as múltiplas formas de violência de gênero. Neste cenário, a educação emerge como uma ferramenta poderosa de transformação de vidas, capaz de empoderar, conscientizar e mobilizar. O Projeto Rede Mulher, que deu origem a este livro, é um exemplo inspirador de como a educação popular, realizada por meio da extensão universitária, pode ser um instrumento de resistência e mudança, promovendo a autonomia e a defesa dos direitos das mulheres acreanas.

Esta obra não apenas registra histórias de luta e superação, mas também oferece reflexões e caminhos para o enfrentamento da violência de gênero. É um convite à ação, um chamado para que todos nós, enquanto instituição de ensino e sociedade, nos engajemos na construção de redes de apoio e na promoção de políticas públicas que garantam a segurança, a dignidade e a plena cidadania das mulheres.

Como reitora da Universidade Federal do Acre, tenho orgulho de ver nossa instituição envolvida em iniciativas como esta, que reforçam nosso papel social e nosso compromisso com a transformação da realidade local. Que este e-book inspire novas ações, fortaleça parcerias e contribua para um futuro melhor para nós, mulheres e meninas da Amazônia!

Com esperança e determinação,

Guida Aquino

Reitora da Universidade Federal do Acre

Apresentação

O Programa de Extensão Mulheres da Amazônia surgiu a partir da pesquisa de doutorado “Eu Só Espero Estar Viva Amanhã”: uma cartografia do feminino na Amazônia Acreana: diálogos entre violência de gênero, decolonialidade, educação popular e extensão universitária”, desenvolvida na Universidade Federal do Paraná (UFPR). A tese foi escrita pela autora deste e-book, Fabiana Nogueira Chaves, também coordenadora do programa pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Proex) da Universidade Federal do Acre (Ufac), e teve como objeto as narrativas de mulheres acreanas em oficinas de educação popular nos 22 municípios do Acre. Fundamentado nas conclusões de tal trabalho, no resultado de outros projetos de extensão da Proex Ufac e nos altos índices de violência contra mulheres registrados no Acre, foi captado recurso por meio da emenda parlamentar 71020006, do então deputado federal Léo de Brito, para realização de ações educativas de enfrentamento à violência contra mulheres e meninas no estado.

Assim, foi construído coletivamente o Programa de Extensão Mulheres da Amazônia, sob coordenação da Pró-reitoria de Extensão e Cultura da Ufac junto a diversos parceiros, como o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM), Secretaria de Estado da Mulher (SEMulher), Programa Mulher do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Acre (CREA/AC), Secretaria de Estado de Educação (SEE), movimento organizado de mulheres, ONGs e prefeituras.

Dentro do programa desenvolveram-se dois projetos pedagógicos de educação popular pela extensão universitária, ambos a serem executados no ano de 2023 nos 22 municípios do Estado do Acre, são eles:

Projeto Rede Mulher

Promoção de oficinas de educação popular para o enfrentamento à violência contra mulheres e meninas com foco na rede de atendimento à mulher em situação de violência, conselhos municipais dos direitos da mulher, organismos municipais de políticas para mulheres e população em geral. Nas oficinas buscou-se o entendimento estrutural da violência contra mulheres e meninas para, a partir daí, desnaturalizá-la. Visou-se a estrutura-

ção da rede em cada um dos municípios e a coleta de demandas, realizando levantamento de suas fragilidades e necessidades para procurar saná-las junto aos órgãos responsáveis. Oficinas realizadas em parceria com a Secretaria de Estado da Mulher (SEMulher).

Projeto Educação para Prevenção: gravidez na adolescência e direitos humanos das mulheres

Promoção de oficinas e rodas de conversa com adolescentes da rede pública estadual e gestoras escolares visando o enfrentamento à gravidez não planejada na adolescência, à contaminação por infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), também à violência física e simbólica contra meninas. As oficinas com adolescentes almejam a construção de um bate papo descontraído sobre métodos contraceptivos, planejamento familiar e possibilidades de carreira. Já as rodas de conversa com gestoras(res) priorizaram a construção de práticas pedagógicas que levem em conta a igualdade de gênero e a desconstrução de machismos. Oficinas realizadas em parceria com a Secretaria de Estado de Educação (SEE).

Além destes dois projetos, previstos em plano de trabalho para serem realizados sistematicamente em todo estado, o programa também almejou, em sua segunda etapa, a produção de publicações científicas, parcerias com outros programas e projetos, ofertas de oficinas sob demanda e a construção do Corredor Latino-americano de Enfrentamento à violência contra Mulheres. Tal rede visa troca de saberes entre universidades fronteiriças e a construção de planos de ação comuns que possam produzir uma sociedade mais igualitária.



UMA QUESTÃO DE GÊNERO

1. UMA QUESTÃO DE GÊNERO

No ano de 2025 do século XXI, ainda temos dados alarmantes sobre violência contra mulheres e meninas no Brasil e no mundo. Violências físicas, psíquicas e patrimoniais em dimensões aviltantes. Crianças do sexo feminino ainda são obrigadas a casar com homens adultos para serem sistematicamente estupradas e abusadas. Se tornam propriedades daquele homem por um sistema que os respalda (Ockrent, 2011). O Brasil, que possui uma legislação proibindo casamentos infantis, é o quarto país no mundo nesse tipo de matrimônio. Os dados constam na pesquisa “Tirando o Véu: estudo sobre casamento infantil no Brasil”, realizada pela Plan International Brasil. De acordo com o Boletim Epidemiológico da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (2024), entre 2015 e 2021, foram notificados 202.948 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, sendo 83.571 contra crianças e 119.377 contra adolescentes. A maioria dos agressores são do sexo masculino, responsáveis por mais de 81% dos casos contra crianças de 0 a 9 anos e 86% dos casos contra adolescentes de 10 a 19 anos. As vítimas são predominantemente do sexo feminino: 76,9% das notificações de crianças e 92,7% das notificações de adolescentes nessas faixas etárias ocorreram entre meninas.

A Lei Maria da Penha existe desde 2006 para punir especificamente crimes de violência contra a mulher, nem por isso esses índices estão caindo. Pelo contrário, aumentou o número de denúncias. Isso pode ter ocorrido por as mulheres estarem denunciando mais após estarem respaldadas pela lei, mas, mesmo com esta explicação, o crescimento dos números é preocupante. Os dados demonstram como nenhuma legislação é eficiente se não acompanhada pela reeducação da sociedade e de uma reformulação de suas instituições. Ter os direitos garantidos por lei e uma rede de atendimento que atue em diversas esferas é extremamente importante, mas não é tudo. É preciso ir além da legalidade para entender os fenômenos de opressão e violência contra as mulheres. Segato (2016) afirma que a luta por Direitos Humanos não acontece apenas na esfera jurídica, mas também dentro do campo discursivo, entendendo ademais seu caráter pedagógico que opera lentamente na construção de uma nova ética nas pessoas.

Mucho más que su rendimiento en sentencias proferidas por los jueces, el derecho es instrumental en manos de las personas como repertorio de palabras consagradas por la narrativa eminente que son los códigos jurídicos. Esto quiere decir que el campo jurídico es, por encima de todo, un campo discursivo y, por eso mismo, la Lucha por el Derecho, tanto en el sentido de la formulación de leyes como en el sentido de hacer efectivo el estatus de existencia de las ya formuladas es, por un lado, la lucha por la nominación, por la consagración jurídica de los nombres del sufrimiento humano, por entronizar jurídicamente los nombres que ya se encuentran en uso, y, por el otro, la lucha por publicitar y colocar en uso, en boca de las personas, las palabras de la ley. En otras palabras, se trata de la doble disputa por el acceso a los códigos jurídicos en su condición de narrativa maestra de las naciones y por la capacidad de inscribirnos, como demandantes, en ellos; y por hacer valer, no solo en los tribunales sino también en las relaciones cotidianas, cara a cara, las palabras autorizadas por la ley. [...] ¿Cuál sería el rendimiento inherente a la dimensión discursiva de la ley? Pues no otro que su capacidad de impactar y modelar, con las categorías que consagra legislativa y jurídicamente, la sensibilidad ética de las personas. (Segato, 2016, p. 128)

Para a autora, a busca por políticas públicas e leis que garantam Direitos Humanos, apesar de complexa por se dar no campo patriarcal do Estado, é uma das alternativas possíveis para lutar contra as diversas formas de violências operadas sistematicamente contra as mulheres. “El Estado intenta entregar con una mano lo que ya ha retirado con la otra, se esfuerza en ofrecer antídotos, bajo la forma de derechos, para contener la acción del veneno que ya inoculó” (Segato, 2016, p. 109), por isso a sensação de estarmos sempre tentando apagar incêndios, de estar sempre atrás, de procurar a redução de danos e de números que nunca param de crescer.

O Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODOC), em seu relatório global sobre tráfico de pessoas (2018), mostra que o número de casos de tráfico humano foi recorde em 13 anos. As mulheres e meninas configuram 83% das vítimas e continuam sendo o principal alvo dos traficantes: “we have continued to see an inCREASE in the number of detected child victims, particularly girls under 18” (p. 1)¹. Em 92% dos casos o aliciamento se dá para fins de exploração sexual. As outras finalidades são escravidão doméstica e venda de órgãos. O tráfico de pessoas movimenta cerca de 32 milhões de dólares anualmente, sendo é considerado o terceiro crime mais rentável no mundo, perdendo apenas para o tráfico de drogas e armas. Mais de dois milhões de pessoas são vítimas do tráfico humano anualmente. Na Amazônia brasileira, devido à enorme área fronteiriça, essa atividade crimi-

1 “Continuamos vendo um aumento no número de crianças vítimas detectadas, principalmente meninas menores de 18 anos”. Tradução nossa.

nosa é recorrente e muitos casos sequer são notificados. Assim, de acordo com os dados do relatório apontado anteriormente, podemos inferir que a maioria das pessoas escravizadas atualmente são do sexo feminino, mulheres e meninas desumanizadas, desprovidas de Direitos Humanos básicos e de dignidade.

A opressão de gênero é um problema que advém de uma educação social machista, respaldada por um sistema educacional eurocentrado, um modelo político falocêntrico, uma mídia hegemônica e uma estrutura social capitalista e patriarcal que remonta a chegada dos colonizadores à América. Esses sistemas interagem entre si incessantemente formando ciclos de autossustentação, fortalecendo uns aos outros, criando uma rede firme e coesa, geradora de diversos tipos de violência. Uma espécie de dialética das opressões. É o que Kimberle Crenshaw (2002) nomeia interseccionalidade:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (Crenshaw, 2002, p. 177)



Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a maioria da população brasileira é composta por mulheres (51,5%), e por pessoas negras (55,5%)². Assim, a maioria da população do país é mulher, e mulher negra ou indígena. Julieta Paredes afirma que é muito importante ressaltar que somos metade da população mundial e que parimos a outra metade, que não somos minoria e que o discurso que visa nos alocar no âmbito de minoria nos enfraquece.

2 Nesta classificação de negros do IBGE estão incluídas todas as pessoas que se declararam como não brancas, pardas e morenas, por exemplo. Este trabalho acredita que colocar todos os não brancos dentro da categoria “negros” acaba por invisibilizar os povos indígenas, tendo em vista que estes possuem reivindicações e problemáticas socio-culturais diferenciadas das pautas elencadas pelo Movimento Negro; origem étnica e cultural discrepantes, além de uma muito menor representação política enquanto movimento. Transformar todos os não brancos em negros faz parte de um processo de homogeneização que leva ao apagamento.

La afirmación de que “las mujeres somos la mitad del todo” es condición de realidad planteada de principio. Es que nuestras visiones son muchas veces tributarias (aportadoras) de un imaginario patriarcal, que busca reducir y arrinconar la existencia de las mujeres a lugarcitos de pataleo sin trascendencia. Se suele decir por ejemplo: vamos a hacer políticas para los indígenas, para los campesinos, para los sectores populares y para las mujeres. Como si las mujeres no estuviéramos también dentro de lo indígena o dentro de lo campesino o dentro de los sectores populares; nos quieren ver como si fuéramos un mini sector. Otra forma de ejemplificar esto es cuando se habla de qué se va a tratar el tema del transporte, la seguridad ciudadana, la economía, los recursos naturales y el tema de las mujeres, como si nosotras como mujeres no tuviéramos que ver con el tema del transporte, la seguridad ciudadana, la economía y los recursos naturales. Finalmente somos tratadas como un problema, cuando se dice que se va a tratar de solucionar el problema de salud, de educación y el problema de las mujeres que, por añadidura, se entiende que es un problema por ser víctimas de violencia. Fíjense como somos tratadas como un problema entre tantos problemas más importantes. Todas estas son formas de encubrimiento de las mujeres; se maneja el lenguaje como si las mujeres fuéramos un sector entre tantos sectores, un tema entre tantos temas, un problema entre tantos problemas; es decir, una minoría sin mucha importancia, que siempre puede esperar, pues hay cosas más importantes que hace “la mayoría”. Por eso, reafirmamos que LAS MUJERES SOMOS LA MITAD DEL TODO. (Paredes, 2014, p. 47-48-49)

Avisão de Paredes é essencial para o entendimento de como a política neoliberal conseguiu que nós mesmas, mulheres, passássemos a enxergar nossos assuntos como separados de todo o resto, como assuntos de mulher, de uma minoria que não somos. Em certo aspecto, o êxito desse tipo de introjeção é compreensível, tendo em vista os números de agressões, feminicídios e estupros nos espaços doméstico e público, que nos tiram o direito fundamental à vida. Não há como lutar contra a estrutura que nos oprime estando mortas. Estamos muito ocupadas em sobreviver.

Assim, este programa de extensão fundamenta-se na necessidade da produção de espaços de educação para a luta contra todo tipo de opressão sofrido pelas mulheres, tendo em vista que, se o feminismo é a luta por direitos iguais para as mulheres, toda educação para a igualdade necessita, portanto, ser feminista. Para a efetivação do programa, a Ufac contou com importantes parceiros: o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Acre (CEDIM), Conselho Regional de Agronomia e Engenharia do Acre (CREA/Acre), Secretaria de Estado da Mulher (SEMulher), Secretaria de Estado de Educação (SEE), prefeituras e movimento organizado de mulheres dos 22 municípios do Acre.

2. MULHERES DO BRASIL, DA AMAZÔNIA, DO ACRE

No Brasil, a cada 2,6 segundos uma mulher é vítima de violência verbal. A cada 6,3 segundos uma mulher é vítima de ameaça. A cada 6,9 segundos uma mulher é vítima de perseguição. A cada 7,2 segundos uma mulher é vítima de violência física. A cada 2 minutos uma mulher é vítima de arma de fogo. A cada 16,6 segundos uma mulher é ameaçada com faca ou arma de fogo. A cada 22,5 segundos uma mulher é vítima de espancamento ou tentativa de estrangulamento. A cada 1,4 segundos uma mulher é vítima de assédio. A cada 4,6 segundos uma mulher é vítima de assédio no trabalho (Instituto Maria da Penha, 2019). A cada 11 minutos uma mulher é estuprada no Brasil e a cada duas horas uma mulher é assassinada (Instituto Patrícia Galvão, 2019). Os dados são quase inacreditáveis e não é à toa que o Brasil ocupa o quinto lugar em número de feminicídio no mundo.

Se a situação das mulheres no Brasil é ruim, a mulher amazônida acumula uma dupla vulnerabilidade, pois a Amazônia é a região mais recentemente colonizada e espoliada dentro do país, com os menores índices de desenvolvimento humano e com uma população colocada, literalmente, no meio do fogo cruzado na luta por terras e recursos naturais. Essa região tem peculiaridades históricas que a transformaram em uma zona de barbárie em relação aos Direitos Humanos e à vida. Na Amazônia a escravização foi reinventada, permanecendo até o século XIX pelo regime de aviamento dos seringais, os estupros sistemáticos seguiram atrelados a esse regime. Mulheres eram meras mercadorias e serviços em um sistema dominado pela lógica patriarcal. A violência, como afirma Cristina Wolff (1998), era uma linguagem nos seringais e as mulheres suas primeiras vítimas.

A autora ressalta o apagamento histórico das mulheres na formação social dos seringais por suas ocupações não estarem oficialmente ligadas à extração da borracha, atividade que integrava o Acre e a Amazônia à economia do país. Tendo suas histórias suprimidas por serem consideradas sujeitos desimportantes economicamente, passavam a ser propriedade dos homens.

A partir da pesquisa em história oral e da análise de processos jurídicos no Alto

Juruá, Wolff descreve uma sociedade extremamente violenta para com as mulheres, onde crimes de estupro, espancamento e assassinato contra elas eram comuns, sendo, muitas vezes, validados pelo Estado, que se consolidava no Acre junto à economia da borracha. A autora relata a captura corriqueira de mulheres e meninas indígenas por seringueiros e seringalistas para servirem-nos como escravas domésticas e sexuais, bem como o direito de posse sobre elas ser reconhecido legalmente. “As índias eram caçadas e vendidas, ou tomadas como mulheres pelos seus próprios captores, após um período de “amansamento” (Wolff, 1998, p.11). Indígenas que não se adequavam às regras e não se tornavam “mansas”, sofriam castigos ainda mais severos do que o cárcere privado, podendo ser mutiladas e mortas. Assim se deu a constituição familiar do seringal, estruturando o que viria a ser a sociedade amazônica, em especial a acreana.

De acordo com o Monitor da Violência (2024) - uma parceria entre o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o G1 - o Acre possui a segunda maior taxa de feminicídios do país, empatado com Rondônia e Tocantins. O estado apresentou também uma das maiores altas nacionais de feminicídios em 2023, registrando 2,4 feminicídios a cada 100 mil mulheres, um crescimento de 11,1% em relação a 2022. Na Amazônia as mulheres lutam pelo direito a vida e por uma vida livre de violência. Lutam também pela institucionalização efetiva desse direito.

Os traços da colonização violenta que ocorreu no Brasil, em específico na Amazônia, não desapareceram com a independência, pois a colonialidade do poder permaneceu intacta. Não se destrói uma linguagem, uma cultura fundada na subjugação da mulher apenas com mudanças de regimes políticos. A violência de gênero os perpassa.

Em pleno século XXI, ainda é preciso lidar com uma grande quantidade de crimes de gênero. Mesmo após a criação da Lei Maria da Penha, em 2006, devido à pressão de organismos internacionais e movimentos sociais, os números continuam subindo. Inúmeras pesquisas são realizadas todos os anos para entender e atualizar os dados sobre a violência contra as mulheres, mas não é percebida significativa queda nesses índices. Existe a explicação de que a Lei Maria da Penha é recente e que este é um processo de transição em que as mulheres passaram a denunciar mais, por isso o aumento dos números. Pode-se pontuar também que esse novo cenário está trazendo uma nova mentalidade e que o processo é lento. Essas justificativas trazem verdade, porém se tornam incipientes quando falamos em vidas de mulheres que continuam sendo tiradas diariamente.

O ano de 2023 registrou o maior número de feminicídios desde que esse crime foi tipificado no Brasil, em 2015. Segundo levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, foram 1.463 vítimas de feminicídio no ano de 2024 em todo o país, ou seja, 1,4

mulheres mortas para cada grupo de 100 mil. Uma mulher foi morta a cada seis horas pela condição de seu sexo. Tendo em vista esta realidade, seriam as leis, as pesquisas, as ações de organizações não governamentais (ONGs) e de organizações da sociedade civil (OSCs) inúteis? Não. A Lei Maria da Penha, a tipificação do crime de feminicídio, as ações de ONGs, OSCs e de institutos de pesquisa são extremamente importantes, mas não resolvem o problema justamente porque, na maioria das vezes, são aplicadas apenas depois que a violência já ocorreu. O papel das pesquisas também é justificar e respaldar outros projetos com dados empíricos, mas como fazer com que a violência de gênero deixe de acontecer?

Para mudar o mundo é preciso mudar as pessoas, e as pessoas transformam-se por meio da educação, como escreve Paulo Freire (1987). A educação é a chave para a transformação de um cenário tão triste e violento, pois a desumanização é uma condição histórica e não uma determinação, portanto, da mesma forma que foi construída, pode ser desconstruída (Freire, 2000). Aqui não se busca reproduzir uma máxima simplória de que o acesso à escola e a um diploma resolveriam o problema da violência, que esta seria um problema de pessoas iletradas ou com pouco estudo. Fala-se em um conceito ampliado de educação, para além do capital, que transpassa a escola e a universidade. Uma educação para os Direitos Humanos, para a alteridade, não necessariamente institucionalizada, uma educação que possa produzir contrapedagogias da crueldade, modificando um cenário onde aprendemos a naturalizar a barbárie e o silenciamento de grupos histórica e socialmente subalternizados.

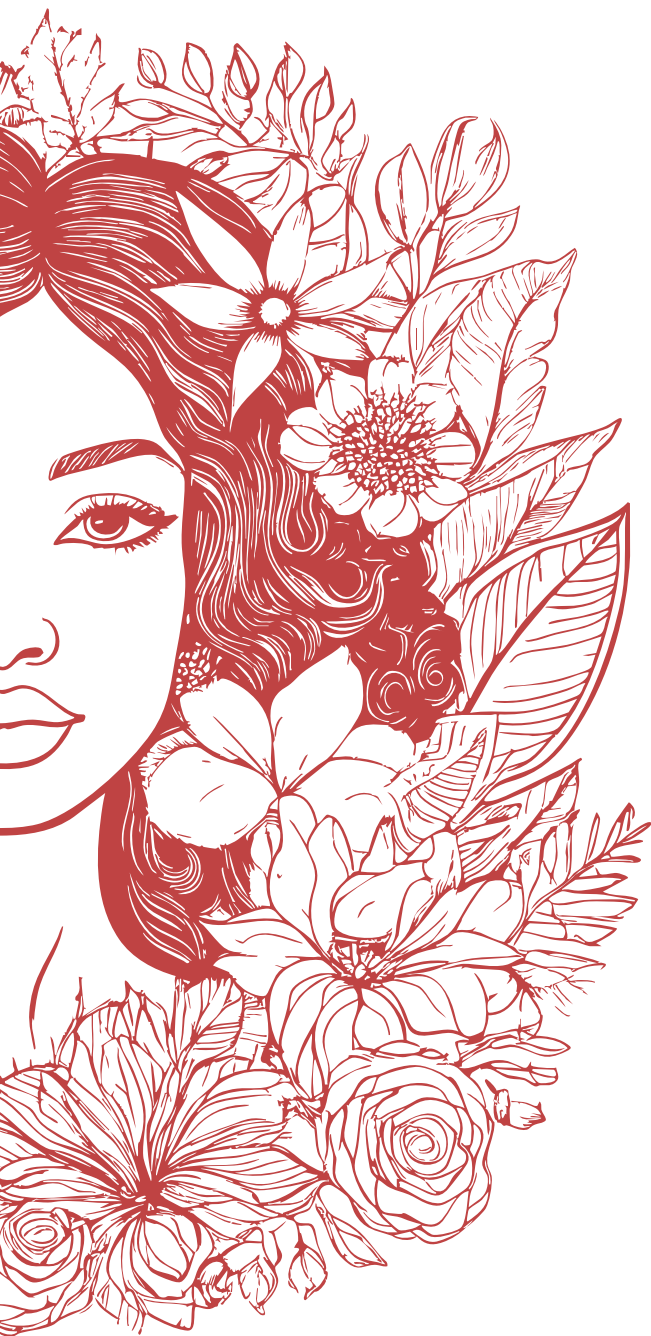
Neste sentido, e levando em conta os dados apresentados, propôs-se um trabalho de educação popular feminista para a não violência e o bem viver comunitário de mulheres e homens na Amazônia Acreana. Para isso, tomou-se como base para o desenvolvimento dos trabalhos do Programa de Extensão Mulheres da Amazônia a tese de doutorado defendida pela coordenadora do programa, Dra. Fabiana Nogueira Chaves, na Universidade Federal do Paraná, em 2021, intitulada “Eu só Espero Estar Viva Amanhã”. Uma Cartografia do Feminino na Amazônia Acreana: diálogos entre violência de gênero, decolonialidade, educação popular e extensão universitária, onde a autora analisa um projeto de educação popular em combate à violência contra a mulher inédito, realizado por uma equipe multidisciplinar em todos os municípios do estado do Acre. Tal equipe desenvolveu um método de trabalho em educação popular feminista específico para a Amazônia Acreana, focado na formação de servidoras e servidores da rede de atendimento à mulher em situação de violência, dos organismos municipais de políticas para as mulheres, conselhos municipais de políticas para as mulheres e também na formação e orientação de servidores públicos de demais áreas de interesse.

Outro ponto a ser sobrelevado é a necessidade de projetos de educação popular em Direitos Humanos chegarem às regiões mais distantes da Amazônia, incluindo aí os quatro municípios sem acesso por via terrestre do Acre. Durante as atividades, esses municípios demonstraram carência de programas e projetos que buscassem ouvir suas dificuldades e atender suas demandas. Os altos custos das passagens aéreas e as grandes distâncias que separam as localidades resultam, muitas vezes, em abandono de cidades e comunidades em toda a Amazônia, onde esses obstáculos devem ser vistos como regra e não como exceção. Assim, esse tipo ação deve ser incluída nas metas dos projetos de interiorização da extensão das universidades amazônicas e levada em conta nas proposições orçamentárias (CHAVES, 2021, p. 215).

Outrossim, ressalta-se que o Programa de Extensão Mulheres da Amazônia é fruto de uma pesquisa de doutorado desenvolvida a partir de uma ação de educação popular feminista e extensionista. É importante ainda destacar a escolha da equipe como fundamental para a realização dos trabalhos.



3. DOS OBJETIVOS DO PROGRAMA



O objetivo geral do Programa de Extensão Mulheres da Amazônia é promover ações de educação popular em combate à violência contra mulheres e às altas taxas de gravidez na adolescência em todo território acreano, tendo em vista a extrema necessidade de redução desses índices na região. Desse modo, o programa cumpriu a meta e chegou aos 22 municípios do estado com dois projetos:

a) Rede Mulher

b) Educação para Prevenção: gravidez na adolescência e direitos humanos das mulheres

4. O TRABALHO DESENVOLVIDO PELO PROJETO REDE MULHER E O ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (1994) define a violência contra a mulher como “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (art.1). Segundo a Conferência Internacional de Direitos Humanos de Viena (1993), a violência contra a mulher é uma das maiores violações dos direitos da pessoa humana. Ela se manifesta de diversas formas (doméstica, familiar, sexual, física, psicológica, patrimonial, tráfico de mulheres, assédio sexual, assédio moral, exploração sexual, cárcere privado e violência institucional – aquela perpetrada pelo Estado).

4.1 Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência como estratégia de assistência e prevenção ao feminicídio

Segundo a Política Nacional de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres (2007), rede de atendimento refere-se à atuação articulada entre as instituições/serviços e a comunidade, visando a ampliação e melhoria da qualidade do atendimento; à identificação e encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência; e ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção.

A rede de atendimento à mulher é composta por serviços pertencentes a quatro áreas estratégicas das políticas públicas e sistema de justiça:

1. Assistência Social: Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) casas abrigo, dentre outros programas socioassistenciais;

2. Saúde: hospitais, maternidades, unidades básicas de saúde (UBS), unidades de pronto atendimento (UPA), Programa Saúde da Família, dentre outros;
3. Segurança Pública: delegacias, institutos médicos legais, Polícia Militar;
4. Justiça: varas, juizados, promotorias e núcleos da defensoria pública.

O fluxo de atendimento dos serviços que compõem a rede leva em conta uma rota crítica a ser percorrida pelas mulheres, tendo diversas das instituições citadas como porta de entrada de mulheres em situação de violência. Estas devem trabalhar no sentido de prestar uma assistência qualificada e integral à mulher, não revitimizando-a. Os fluxos de atenção e atendimento devem ser construídos localmente com base na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), no Sistema Único da Assistência Social (SUAS), no Sistema Único de Saúde (SUS), no Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), dentre outras normas e políticas públicas de proteção. Cita-se ainda a necessidade de as redes municipais estarem alinhadas com a rede estadual e com a esfera federal.

Porém, é necessário atentar que, devido a suas especificidades e a questões relativas a organizações políticas e geográficas, cada município terá um fluxo de atendimento peculiar, que deve ser respeitado e constantemente aprimorado. Desse modo, foi construído por este programa, em parceria com a Secretaria de Estado da Mulher do Acre, o fluxograma de atendimento à mulher em situação de violência de cada um dos 22 municípios acreanos. Os fluxogramas foram apresentados e discutidos durante todo o trabalho das oficinas.

Na descrição de atividades por município, serão apresentados os fluxogramas relativos a cada um deles. Também serão apresentadas as áreas em que as (os) participantes das oficinas pertencentes à rede de atendimento à mulher solicitaram atenção e/ou apontaram problemas a serem sanados. O intuito desse registro foi a produção de um relatório, por município, visando a melhoria do atendimento às vítimas de violência, pois não basta a conscientização humana e o trabalho em rede quando faltam insumos e vontade política. Assim, o programa produz este relatório, que será encaminhado às autoridades competentes, para que sejam tomadas providências cabíveis a cada especificidade destacada.

Assim, o projeto focou as ações educacionais das oficinas em dois eixos estruturantes: 1) Gestão Transversal e Controle Social e 2) Fluxos de Atendimento - Órgãos e Serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência. Visou-se o fortalecimento das políticas públicas para mulheres por meio do empoderamento dos organismos municipais de políticas para as mulheres e dos conselhos municipais dos direitos da mulher; a qualificação dos serviços prestados pela rede de atendimento à mulher dos 22 municípios do estado do Acre. Transversal aos dois eixos estruturantes, foram trabalhadas temáticas teóricas críticas introdutórias para o embasamento de todas as demais discussões. A seguir apresentamos os eixos e temas trabalhados:

Eixo I: Gestão Transversal e Controle Social

Neste eixo visou-se o empoderamento institucional dos organismos municipais de políticas para as mulheres (OPMs) e o fortalecimento do controle social, por meio dos conselhos municipais dos direitos da mulher (CMDMs). Apresentaram-se questões relativas ao avanço das políticas públicas para mulheres a partir da transversalização. Nas oficinas houve diálogos com prefeitos(as), juntamente com seu secretariado, onde foi pactuada a criação de um comitê gestor, composto por todas as secretarias do executivo municipal, assumindo a corresponsabilidade pela implementação das políticas públicas para mulheres, consolidada em um plano municipal de políticas para mulheres. A sistematização do plano seria de responsabilidade do comitê gestor, capitaneado pelo Organismo Municipal de Políticas para Mulheres e monitorado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de cada um dos municípios. Os trabalhos deste eixo foram gerenciados pela ministrante Neuda Muniz.

Eixo II: Fluxos de Atendimento - Órgãos e Serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.

As orientações e discussões com os profissionais dos serviços que compõe a Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência foram embasadas nas leis e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), Sistema Único da Assistência Social (SUAS), Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e Lei Maria da Penha, buscando traçar uma rota de referência entre os serviços para diminuir o tempo para/de atendimento às mulheres vítimas de violência. Nas oficinas primou-se sensibilização dos profissionais, visando a garantia à assistência, à saúde, à proteção a vida e a responsabilização dos agressores. Tratou-se também da necessidade de viabilização de espaços e de insumos de trabalho adequados a estes profissionais. Os trabalhos deste eixo foram gerenciados pela ministrante Joelda Paes.

4.2 Metodologia das oficinas

Optou-se pelas oficinas como método didático, utilizando a metodologia educacional baseada na pedagogia de Paulo Freire, visando à construção coletiva de conhecimento e ao despertar do senso crítico das participantes por meio de suas próprias experiências.

Oficina é uma ferramenta da psicologia social para trabalho em grupo. Configura-se como um método vivencial-reflexivo, que articula a teoria com a experiência concreta da pessoa – o pensar, o sentir e o agir, possibilitando a elaboração coletiva e articulada de novos conhecimentos. (SOUZA, 2012, p. 167)

As oficinas foram elaboradas especificamente para cada um dos municípios, levando em consideração os aspectos culturais da comunidade (muitos municípios acreanos apresentam grande percentual populacional de indígenas), o público presente e demais especificidades locais. Para que a metodologia das oficinas fosse satisfatória era necessária uma organização prévia do local, mobilização do público e disponibilização dos materiais a serem utilizados. Esse trabalho foi realizado por meio de parceria com os municípios. Como a equipe chegava às cidades apenas um dia antes de iniciar as atividades, ou até no mesmo dia, por uma questão de tempo e custos, foi necessária uma rede de apoio em cada localidade.

Ao adentrar o espaço das oficinas, as participantes⁴ assinavam uma lista de presença onde inseriam todos os dados necessários para a emissão do certificado e deixavam seu contato, como telefone e e-mail, para formação de grupos locais de WhatsApp. As oficinas foram pensadas para tratar os principais pontos de desigualdade de gênero, com conceitos teóricos simples e que pudessem ser facilmente absorvíveis por meio de exemplos. A teoria deveria ser embasada na prática, na vivência, na materialidade; e os conceitos utilizados para facilitar o entendimento, não constituindo um fim em si mesmos.

As atividades iniciavam-se com uma apresentação do programa e dos objetivos do projeto, posteriormente eram apresentados membros de outros órgãos públicos parceiros que estivessem presentes. Os trabalhos foram conduzidos por meio de slides, onde muitas vezes apelou-se para o humor, com tirinhas e charges, enquanto em outros momentos eram passados vídeos com conteúdo bastante impactante, assim como o é a realidade de milhares de mulheres. Os espaços educativos foram elaborados para serem interativos, com muitas dinâmicas de grupo e grupos de trabalho, pois constitui-se em uma formação para multiplicadoras.

A introdução teórica das oficinas trataria das seguintes temáticas: o que é gênero; o que é patriarcado; machismo estrutural; feminismo e o movimento de mulheres; as violências sofridas pelas mulheres; as conquistas das mulheres ao longo dos anos (apresentadas resumidamente de forma cronológica); igualdade de direitos; dupla jornada de trabalho; o papel da mídia; a cultura do estupro; assédio; a repressão da sexualidade da mulher; padrões de beleza e de comportamento; a violência física como ápice de uma cultura historicamente patriarcal; violência obstétrica. Como são muitos temas, eles seriam apresentados de forma introdutória e que instigasse a busca por conhecimento.

Após a introdução teórica, as atividades passam a focar nos trabalhos mais ob-

4 As oficinas contaram com a presença de poucos homens, assim, opta-se por utilizar a generalização no feminino. Não seria condizente com a proposta desse trabalho acompanhar uma regra gramatical sexista que define que mesmo havendo 50 mulheres em uma sala e apenas um homem, os artigos usados para se referir ao grupo devam estar no masculino. Assim, as generalizações, quando necessárias, estarão no feminino.

jetivos, relativos aos eixos: I - Gestão Transversal e Controle Social; II - Fluxos de Atendimento - Órgãos e Serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência. Entre estes momentos haveria dinâmicas, intervalos e espaços para perguntas, desabafos e questionamentos. Ressalta-se que este modelo geral serviria apenas para direcionar os trabalhos, estando suscetível a mudanças e adequações a depender do município e de suas necessidades, as quais seriam estudadas pela equipe antes da montagem das oficinas. Outro fator a ser levado em conta seriam as demandas trazidas pelas mulheres daquela localidade e o tempo disponível para cada ação.

4.3 Equipe responsável pelo projeto

Coordenação geral: Dra. Fabiana Nogueira Chaves (Proex/Ufac)

Vice-coordenação: Maria das Graças Mesquita de Medeiros (Proex/Ufac)

Equipe pedagógica: Joelda Pais (SEMulher), Neuda Muniz (CEDIM/SEMulher), Fabiana Nogueira Chaves.

Ministrantes: Joelda Pais, Neuda Muniz e Fabiana Nogueira Chaves

Outras integrantes que participaram da operacionalização das oficinas ou assessorando os trabalhos: Ma. Alyne Brandão Alves (SEE); Profa. Dra. Lya Januária Vasconcelos Beiruth (Programa Mulher CREA/AC).

4.4 Órgãos/serviços que participaram das ações

Poder Legislativo: presidentes de câmaras de vereadores (as).

Sistema de Justiça e de Segurança: Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), Ministério Público (MP), Defensoria Pública do Estado do Acre, Polícia Civil (PC), Polícia Militar (PM)

Poder Executivo Municipal: prefeitos (as) e secretariado (Organismos municipais de políticas para mulheres, Educação, Saúde, Assistência Social, Produção/Agricultura, Cultura, Esporte, Obras etc.)

Outros serviços da rede: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), conselho tutelares, hospitais, unidades mistas de saúde, unidades básicas de saúde (urbana e rural).

Sociedade Civil/Colegiado: conselhos municipais dos direitos da mulher, movimentos organizados de mulheres, civis interessados na temática, pesquisadoras, educadoras.

No mapa abaixo, estão assinalados os municípios do Acre com comitês gestores de políticas públicas para mulheres ativos. Os Comitês gestores são órgãos executores da gestão de políticas públicas voltadas para garantir direitos, promover a igualdade e incorporar as mulheres como sujeitos políticos. Integram a estrutura administrativa do poder executivo das esferas governamentais federal, distrital, estadual e municipal. As oficinas buscaram também mobilizar o poder público das cidades que ainda não o possuem para que sejam criados com urgência.



4.4 Tabela de ações realizadas nos 22 municípios

MUNICÍPIO	DATA/ HORÁRIO	LOCAL	PÚBLICO
Porto Acre	09/02/2023 - 08h às 17h	Centro de Convenções	32
Plácido de Castro	14/03/2023 - 08h às 17h	Auditório do Ministério Público	29
Acrelândia	15/03/2023 - 08h às 17h	Auditório do Polo UAB	26
Manoel Urbano	20/03/2023 - 08h às 17h	Auditório do Ministério Público	23
Sena Madureira	21/03/2023 - 08h às 17h	Auditório do Ifac	24
Feijó	22/03/2023 - 08h às 17h	Centro Cultural	22
Tarauacá	23/03/2023 - 08h às 17h	Auditório do CEDUP	13
Capixaba	18/04/2023 - 08h às 17h	Centro Cultural	55
Brasileia	22/05/2023 - 08h às 17h	Auditório da Secretaria de Educação	30
Epitaciolândia	24/05/2023 - 08h às 17h	Auditório da Escola Joana Ribeiro Amed	50
Cruzeiro do Sul	12/06/2023 - 08h às 17h	Auditório do Ministério Público	41
Mâncio Lima	14/06/2023 - 08h às 17h	Teatro Márcia Alencar	30
Rodrigues Alves	13/06/2023 - 08h às 17h	Auditório da Escola Francisco Braga de Souza	28
Bujari	21/06/2023 - 08h às 17h	CRAS	42
Xapuri	11/07/2023 - 08h às 17h	Salão Paroquial da Igreja São Sebastião	43
Assis Brasil	13/07/2023 - 08h às 17h	Auditório Anexo da Prefeitura	45
Rio Branco	15/08/2023 - 08h às 17h	Auditório da Prefeitura	45
Senador Guiomard	20/09/2023 - 08h às 17h	Auditório da Escola Modelo	71
Jordão	18/10/2023 - 08h às 17h	Auditório da Secretaria Municipal de Educação	27
Porto Walter	24/10/2023 - 08h às 17h	Centro Cultural Maria Zeinar Gomes Bezerra	28
Marechal Thaumaturgo	26/10/2023 - 08h às 17h	Câmara Municipal de Vereadores	30
Santa Rosa do Purus	07/11/2023 - 08h às 17h	Câmara Municipal de Vereadores	32
TOTAL DE PESSOAS/SERVIÇOS ATINGIDAS DIRETAMENTE			766

5. DESCRIÇÃO DAS OFICINAS E AÇÕES POR MUNICÍPIO

As oficinas seguiram o padrão descrito nos itens 4.1 e 4.2, dividindo-se em partes de explanação, de interação e escuta distribuídos entre o eixo I: Gestão Transversal e Controle Social e eixo II: Fluxos de Atendimento - Órgãos e Serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência. Também foram realizadas dinâmicas de grupo, de modo a simular problemas e casos comuns ao dia a dia de quem trabalha com atendimento a mulheres em situação de violência e em políticas de prevenção. Os temas abordados foram os descritos acima, no item 4.2, sendo modificada apenas, em alguns casos, a ordem de trabalho dos eixos, tendo em vista o público-alvo presente e a possibilidade da participação de autoridades municipais nos espaços.

Salienta-se que, em parceria com a SEMulher, foi construído um fluxograma de atendimento à mulher em situação de violência a ser trabalhado em cada um dos municípios aCREAnos, levando em conta os serviços disponíveis e a organização política local. Tais fluxogramas foram amplamente trabalhados nas oficinas e serão disponibilizados neste trabalho.

Assim, tendo em vista que as oficinas seguiram a mesma metodologia e proposta em cada um dos 22 municípios acreanos, para o texto não se tornar enfadonho, vamos salientar, nos próximos tópicos, os principais problemas elencados pelas participantes das oficinas em cada uma das cidades acreanas, ressaltando as demandas dos serviços da rede de atendimento local. Esse tipo de sistematização objetivou um levantamento quantitativo das principais áreas deficitárias na oferta de políticas públicas a mulheres, que posteriormente foram levadas aos gestores responsáveis. Desse modo, as áreas carentes de atenção estarão em negrito para que sejam facilmente identificadas durante a leitura. Ao mesmo tempo, certas partes do texto, em tratar de problemas similares, pode parecer repetitivo. Porém, optou-se por manter a escrita dessa forma como modo de as informações contidas no descritivo de cada um dos municípios fazer sentido por si só, quando necessária a coleta de dados de uma localidade isoladamente.

Nos próximos itens também disponibilizaremos algumas fotos das oficinas realizadas, de modo a gerar memória e registro das atividades executadas. Atividades extras ou

de lançamento e encerramento terão descrição específica.

5.1 Lançamento do Programa de Extensão Mulheres da Amazônia

O programa de extensão foi lançado oficialmente no dia três de fevereiro de 2023, às 9h, no Centro de Convenções da Universidade Federal do Acre, em Rio Branco, e contou com a presença de diversas instituições públicas parceiras, dentre elas o Ministério Público Estadual (MPE), Tribunal de Justiça (TJ), Secretaria de Estado da Mulher do Acre (SEMulher), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA/AC), Secretaria de Estado de Educação (SEE), Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM), Polícia Militar, organizações não governamentais, institutos e movimento organizado de mulheres. O intuito da realização de um evento de lançamento foi publicizar as ações de cada um dos projetos, apresentar a equipe, o planejamento e agenda de atividades prevista para os municípios, tendo em vista que é um programa construído por meio de verba pública.

Na ocasião também foi assinado um termo de cooperação entre Ufac e SEMulher, visando parceria na execução das oficinas pedagógicas do projeto Rede Mulher.



Mesa de honra do lançamento do Programa de Extensão Mulheres da Amazônia.
Foto: Kamila Costa da Silva.



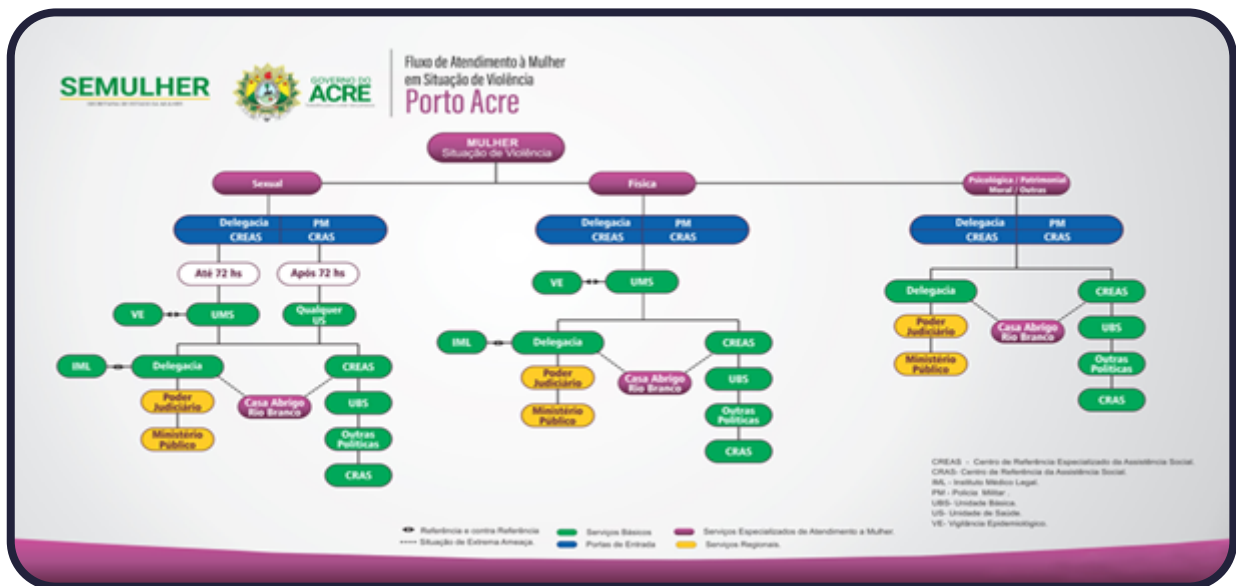
Parceiros presentes no lançamento do Programa de Extensão Mulheres da Amazônia.
Foto: Fabiana Chaves.



Reitora da Ufac, Guida Aquino, assina termo de cooperação com SEMulher.
Foto: Fabiana Chaves

5.2 PORTO ACRE

As oficinas do projeto no município ocorreram no dia nove de fevereiro de 2023 e contaram com a presença de 32 pessoas. Além do público-alvo, compareceram ao evento a coordenadora do programa, Dra. Fabiana Nogueira Chaves; secretária de estado da mulher, Márdhia El-Shawwa; presidente do CREA/AC, Carmen Nardino; coordenadora do Programa Mulher do CREA/AC, Profa. Dra. Lya Beiruth. Na ocasião foi ministrada uma palestra de abertura por Fabiana Chaves intitulada “As Relações Sociais de Gênero e suas Violências”, na qual foi trabalhado o machismo estrutural e naturalização social da violência contra mulheres e meninas. Em seguida as ministrantes Neuda e Joelda trabalharam as oficinas dos eixos I: Gestão transversal e Controle Social e Eixo II: Fluxos de Atendimento - Órgãos e Serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência. Ambos os trabalhos se deram com base no fluxo de atendimento à mulher construído para município.



Fluxo de Atendimento à Mulher em Situação de Violência de Porto Acre.



Participantes concludentes das atividades realizadas em Porto Acre.
Foto: Fabiana Chaves



Fabiana Chaves, coordenadora do Programa de Extensão
Mulheres da Amazônia; Lya Beiruth, coordenadora do Programa Mulher do CREA/AC;
Carmen Nardino, presidenta do CREA/AC.
Foto: Fabiana Chaves



Ministrantes das oficinas, Joelda Paes e Neuda Muniz,
com a coordenadora do programa.
Foto: Fabiana Chaves

As principais queixas e apontamentos das participantes das oficinas foram na área de **Saúde**. O atendimento emergencial, obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual não está sendo realizado na unidade hospitalar, conforme preconiza a Lei nº 12.845 de 1º de agosto de 2013. Também foi notada a dificuldade de registros dos casos de violência contra as mulheres por parte da vigilância epidemiológica. Nesse sentido, reforçou-se necessidade de realizar formação dos profissionais sobre o registro da notificação compulsória de violência contra as mulheres, conforme as diretrizes do Ministério da Saúde. O atendimento a mulheres que sofreram violência sexual é essencial para uma redução de danos à vítima. A profilaxia de emergência, por exemplo, evita que, além de uma gravidez fruto de estupro, a vítima adquira uma infecção sexualmente transmissível, como o HIV.

Assim, tivemos como encaminhamento a articulação com o secretário estadual de saúde do Acre (SESACRE), junto a autoridades municipais, para verificar o que estava impedindo o hospital do município de dispor desse atendimento obrigatório para mulheres e meninas que sofrem violência sexual. Sobrelevou-se a necessidade de capacitação da equipe da SESACRE.

5.3 PLÁCIDO DE CASTRO

Em Plácido de Castro, as atividades ocorreram no dia 14 de março de 2023 no auditório do ministério Público local. Estiveram presentes 29 pessoas. As oficinas seguiram a ordem pré-estabelecida de ações, sendo seguidas orientações por meio de slides, salientando-se o fluxo de atendimento à mulher em situação de violência local.



Fluxo de Atendimento à Mulher em Situação de Violência de Plácido de Castro.

Assim como em Porto Acre, as principais queixas das participantes foram na área de Saúde. O atendimento emergencial obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual não está sendo realizado na unidade hospitalar. Assim como no município supracitado, também se ressaltou a dificuldade de registro dos casos de violência contra as mulheres por parte da vigilância epidemiológica. Nesse sentido, reforçou-se necessidade de realizar formação dos profissionais sobre o registro da Notificação Compulsória de Violência contra as Mulheres, conforme as diretrizes do Ministério da Saúde.

Assim, tivemos como encaminhamento a articulação com o secretário estadual de saúde do Acre (SESACRE) e autoridades do município para verificar o que estava impedindo o hospital local de dispor desse atendimento que é garantido por lei. Elencou-se como necessária a capacitação da equipe da SESACRE sobre a notificação compulsória das violências pelos profissionais de saúde do município.



Participantes de oficina do Programa de Extensão
Mulheres da Amazônia em Plácido de Castro:
Foto: Neuda Muniz



Oficina no auditório do Ministério Público em Plácido de Castro.
Foto Neuda Muniz

5.4 ACRELÂNDIA

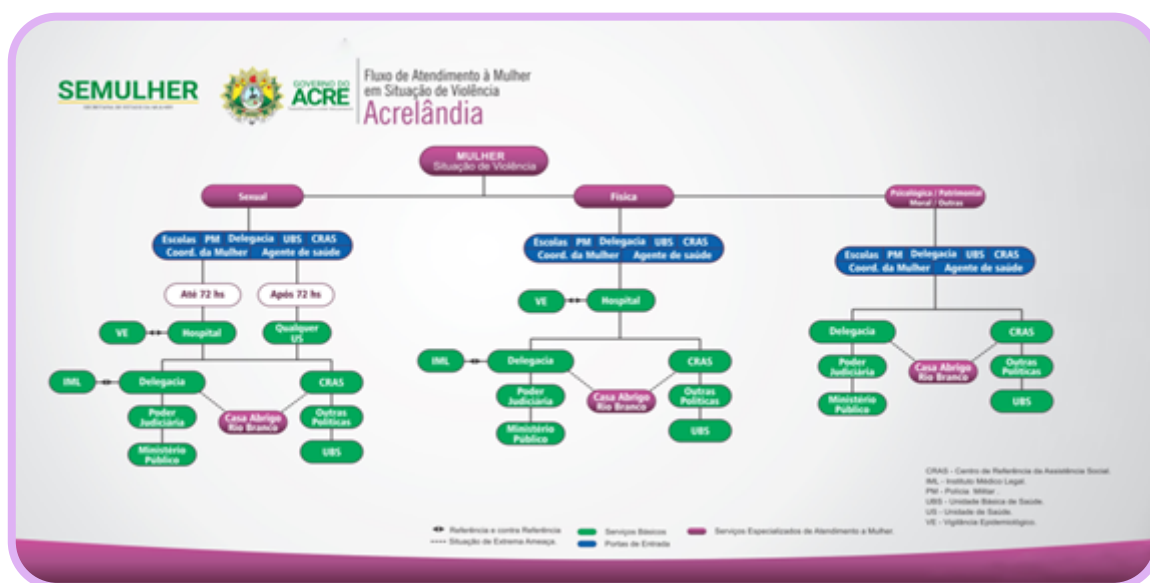
Ação do Programa de Extensão Mulheres da Amazônia em Acrelândia foi realizada no dia 15 de março de 2023, no auditório do polo da Universidade Aberta do Brasil (UAB), com a presença de 26 pessoas. As oficinas foram ministradas de acordo com a metodologia exposta no item 4.2, levando em conta questões locais já trazidas pela rede para serem trabalhadas em coletivo.



Mesa de abertura do Programa de Extensão Mulheres da Amazônia em Acrelândia

Todo o trabalho aconteceu priorizando a ação efetiva do Organismo Municipal de Política para as Mulheres, do Conselho Municipal de Política para as Mulheres e da Rede de Atendimento à Mulher de Acrelândia. Durante as oficinas, nas diversas explanações das participantes e pela análise de casos, diversos problemas foram arrolados em diversas áreas, apontando para a necessidade de fortalecimento da rede e de cobrança dos gestores

Durante a explicação de alguns casos, o delegado de polícia solicitou uma parceria mais eficaz com a unidade hospitalar, no sentido de maiores relatos e de informações sobre mulheres em situação de violência registradas na unidade. Cobrou-se maior detalhamento e comprometimento no ato de produção de registros médicos, que trouxessem maior embasamento aos inquéritos policiais, fortalecendo a atuação da **Segurança Pública** e evitando falhas apontadas na discussão coletiva.



Fluxo de Atendimento à Mulher em Situação de Violência de Acrelândia

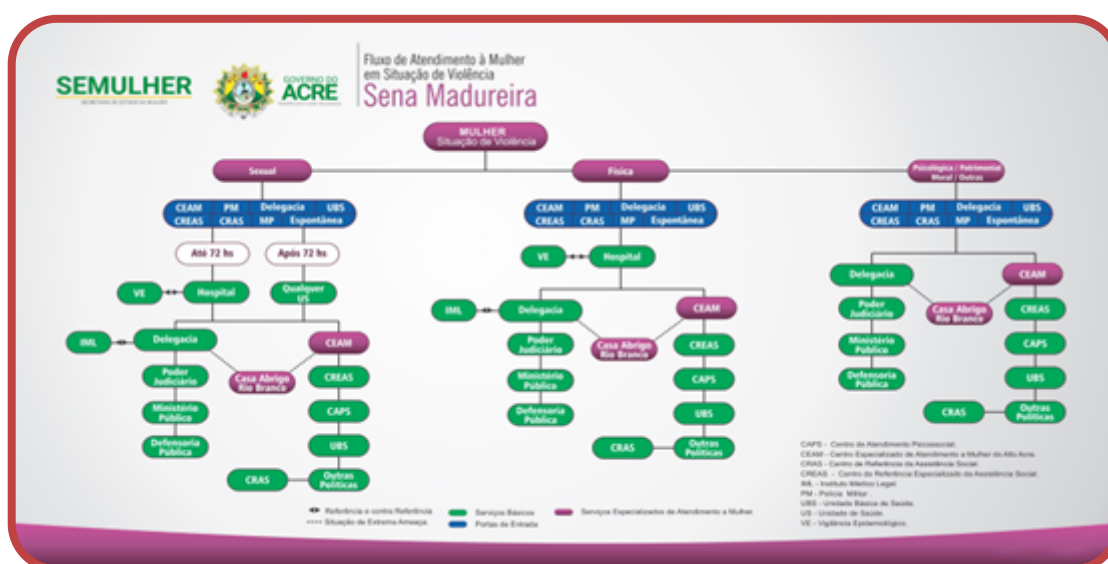
Na área da **Saúde**, a prestação de atendimento obrigatório, garantido por lei, para pessoas que sofreram violência sexual (que são em sua maioria mulheres e meninas), não está sendo ofertado pelo município. A mulher que sofre violência sexual não tinha seus direitos garantidos, assim como nos outros municípios tratados anteriormente neste livro.

Enfatiza-se ainda a inexistência de um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) na cidade, o que em muito impacta negativamente a vida de vítimas de violência. Nesta área, de **Assistência Social**, tomou-se como medida a busca conjunta pela criação de um CREAS, em paralelo com o fortalecimento da Proteção Social Especial.

Quanto as demandas que envolvem a área de Saúde, foram todas anotadas para reunião com Secretaria de Saúde do Acre, envolvendo estado e município.

5.5 SENA MADUREIRA

O Programa de Extensão Mulheres da Amazônia chegou em Sena Madureira no dia 20 de março de 2023, promovendo oficinas com 23 pessoas no auditório do Instituto Federal do Acre (Ifac). As atividades seguiram como nos demais municípios, contando, dessa vez, com a presença da coordenadora do programa, que realizou palestra introdutória às questões de gênero. No mais, a oficina seguiu o cronograma das demais, porém com foco em sanar as deficiências locais já relatadas previamente pelas mulheres da cidade.



Fluxo de Atendimento à Mulher em Situação de Violência de Sena Madureira



Parte das participantes do evento realizado em Sena Madureira.
Foto: Alyne Brandão



Roda de Conversa conduzida por Joelda Paes em Sena Madureira.
Foto: Fabiana Chaves

Durante as rodas de conversa e interações em grupo, novamente foi detectado que os problemas de prestação de atendimento de emergência a vítimas de violência sexual não era ofertado na cidade, contrariando as diretrizes legais da Saúde. Além disso, Sena Madureira não possuía Organismo Municipal de Políticas para as Mulheres (OPM), o que em muito dificultou a articulação da rede e acompanhamento de casos de violência. Os profissionais também informaram sobre as precárias condições do hospital local, que não presta nenhum tipo de acolhimento às vítimas de violência de qualquer tipo, deixando-as expostas dentre os demais usuários do sistema de saúde, constrangendo-as, inclusive no momento da realização de exame de corpo delito.

Salientou-se também a necessidade da recriação do Centro Especializado de Atendimento às Mulheres (CEAM), voltado ao acolhimento especializado a mulheres em situação de violência. De acordo com relatos, a falta de uma **Assistência Social** adequada tem exposto mulheres a situações de risco de morte.

Com os graves dados apurados em Sena Madureira, encaminhou-se a necessidade de uma conversa com a secretaria estadual de saúde e uma conversa urgente com a prefeitura, visando implementar o OPM local e possibilitar a reabertura do CEAM. Para isso, no final da tarde, realizou-se reunião com prefeito e secretários para tratar de tais temáticas e expor a necessidade de cumprimento da legislação.



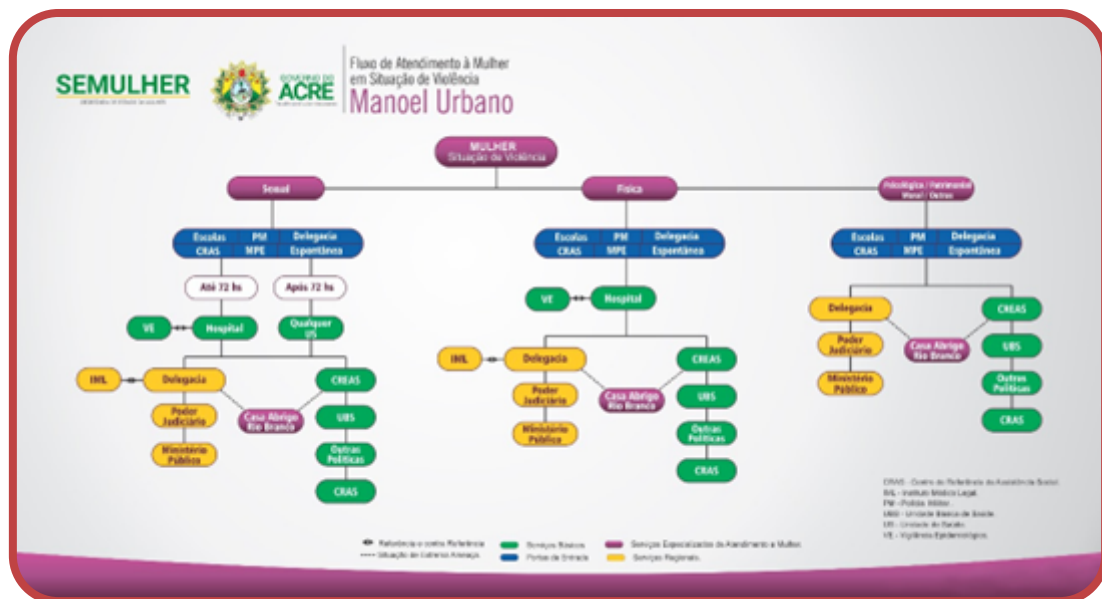
Reunião com prefeitura, secretariado e gestores de Sena Madureira.
Foto: Joelda Paes

5.6 MANOEL URBANO

O Programa de Extensão Mulheres da Amazônia chegou a Manoel Urbano no dia 21 de março de 2023, promovendo oficinas com 24 pessoas no auditório do Ministério Público. As atividades seguiram como nos demais municípios e contou com a presença da coordenadora do programa e com a missão de criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM).

Os problemas relacionados ao atendimento em **Saúde** para as vítimas de violência sexual persistem também neste município. Não há atendimento emergencial obrigatório e a lei está sendo descumprida. Este caso também será levado, junto aos demais, à Secretaria de Estado de Saúde e Ministério Público, pois configura-se um problema crônico no estado do Acre.

Além disso, no que trata do **Sistema de Justiça**, foi pontuada a inexistência de defensor público no município dificultando em muito os encaminhamentos judiciais relativos aos casos das mulheres em situação de violência.



Fluxo de Atendimento à Mulher em Situação de Violência de Manoel Urbano.



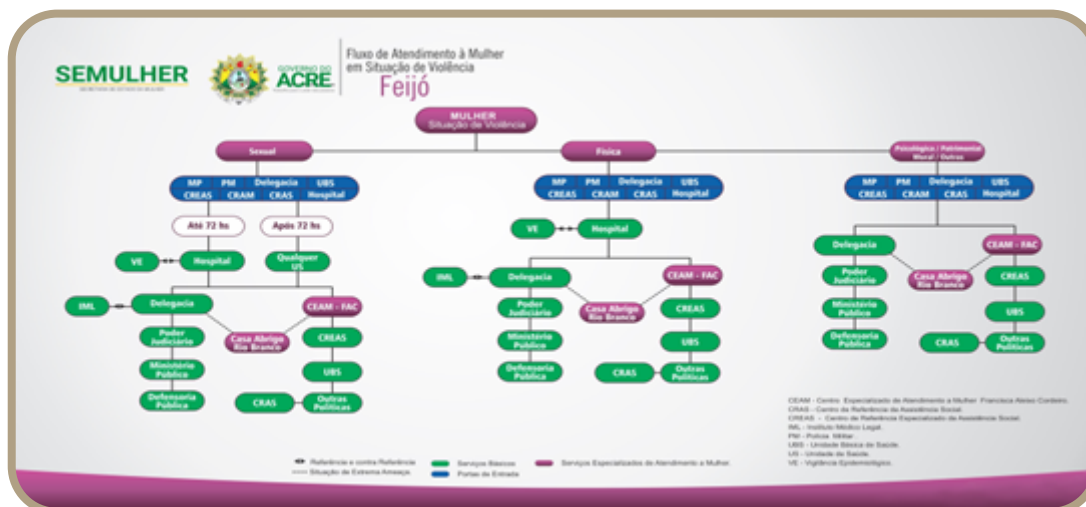
Parte das participantes das oficinas em Manoel Urbano.
Foto: Fabiana Chaves.



Joelda Paes ministrando oficina em Manoel Urbano.
Foto: Fabiana Chaves

5.7 FEIJÓ

Os trabalhos do Programa de Extensão Mulheres da Amazônia ocorreram em Feijó no dia 22 de março de 2023. Estiveram presentes 22 pessoas no Centro Cultural da cidade, além das ministrantes e da coordenadora do programa. Os trabalhos iniciaram-se com as apresentações e seguiram como nos demais municípios, conduzindo os trabalhos a partir do organograma do fluxo de atendimento à mulher local.



Fluxo de Atendimento à Mulher em Situação de Violência de Feijó.



Neuda Muniz ministrando oficina em Feijó.
Foto: Fabiana Chaves.

As principais queixas e apontamentos das participantes das oficinas foram na área de **Saúde**. O atendimento emergencial, obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual não está sendo realizado na unidade hospitalar, conforme diretriz prevista na Lei nº 12.845 de 1º de agosto de 2013. Também foi notada a dificuldade de registros dos casos de violência contra as mulheres por parte da vigilância epidemiológica. Nesse sentido, reforçou-se necessidade de realizar formação dos profissionais sobre o registro da notificação compulsória de violência contra as mulheres, conforme as diretrizes do Ministério da Saúde.

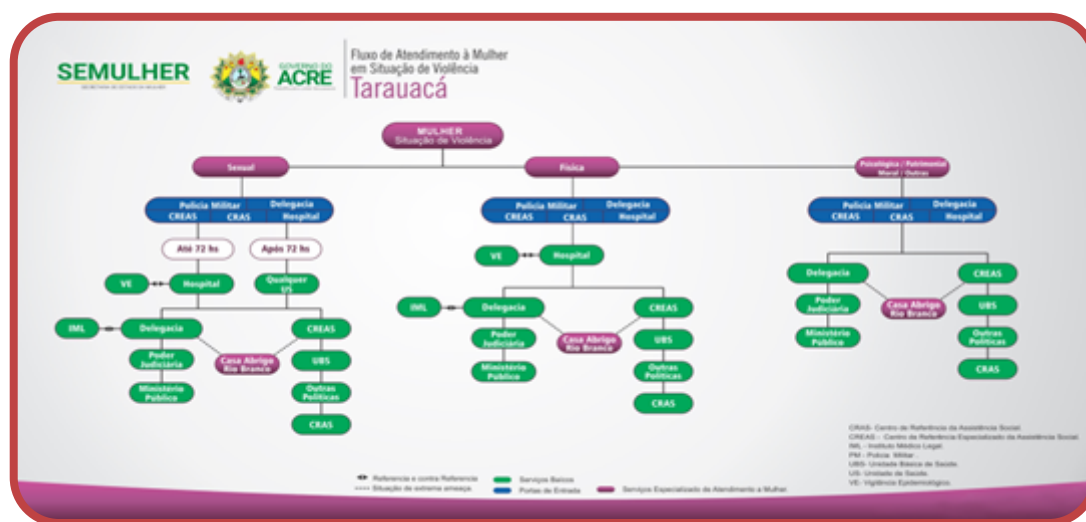


Roda de conversa sobre a rede de atendimento à mulher de Feijó.
Fabiana Chaves

As profissionais destacaram também a necessidade de investimento em **Assistência Social**, com a recriação do Centro Especializado de Atendimento as Mulheres (CEAM) para o acolhimento especializado às mulheres em situação de violência. Como encaminhamento, as questões relativas ao descumprimento legal do atendimento a vítimas de violência sexual juntar-se-á aos demais para serem tratados como política de Estado junto à Secretaria de Estado de Saúde do Acre. Sobre a recriação do CEAM, o tema será tratado em âmbito municipal e estadual.

5.8 TARAUCÁ

Os trabalhos do Programa de Extensão Mulheres da Amazônia ocorreram em Tarauacá no dia 23 de março de 2023. Estiveram presentes 13 pessoas no auditório do Centro de Educação Profissional da cidade (CEDUP), além das ministrantes e da coordenadora do programa. A oficina contou também com a presença da então prefeita, Maria Lucinéia Nery De Lima Menezes. Abaixo, apresenta-se o fluxograma de atendimento à mulher do município, utilizado no direcionamento de atividades da oficina.



Fluxo de Atendimento à Mulher em Situação de Violência de Tarauacá

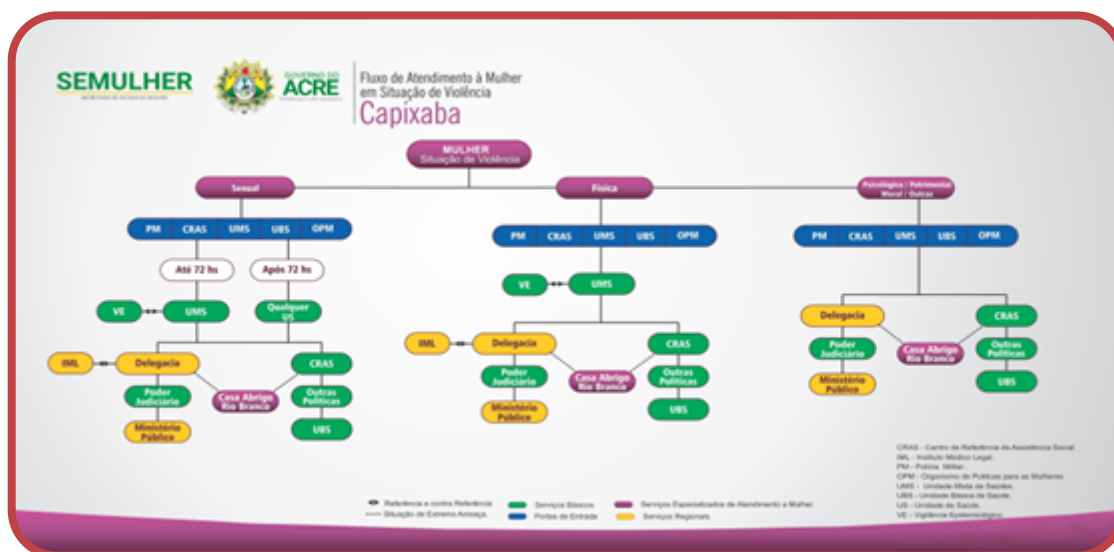
De acordo com os problemas explanados em roda de conversa, o principal problema local refere-se à área de Saúde, pois o município também não disponibiliza atendimento emergencial a vítimas de violência sexual, repetindo o mesmo problema de diversas outras cidades acreanas. O encaminhamento dado seria o mesmo, de tratar dessa questão de forma coletiva em âmbito estadual, como política de Estado. As participantes ressaltaram a importância de fortalecimento da rede de atendimento à mulher por meio de capacitações e oficinas.



Joelda Paes ministrando oficina em Tarauacá.
Foto: Neuda Muniz

5.9 CAPIXABA

As oficinas relativas ao programa ocorreram no dia 18 de abril de 2023, atendendo 55 pessoas no centro cultural da cidade, com uma ótima adesão da rede local. As atividades seguiram como nos demais municípios e contou com a presença da coordenadora do programa e com a missão de criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM).



Fluxo de Atendimento à Mulher em Situação de Violência de Capixaba

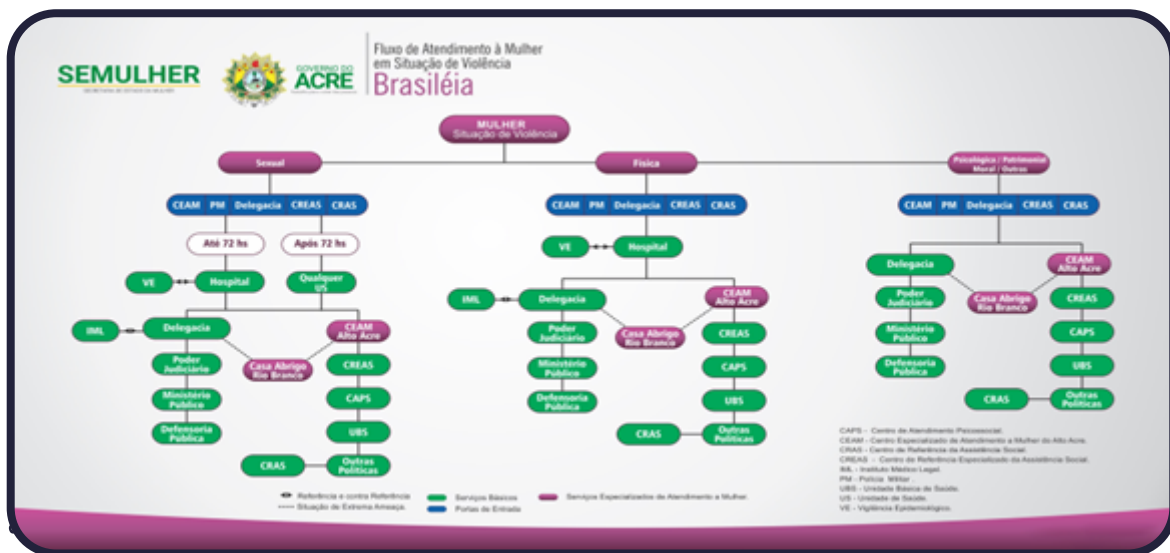
Os problemas relacionados ao atendimento em saúde para as vítimas de violência sexual persistem também neste município. Não há atendimento emergencial obrigatório e a lei está sendo descumprida. Também foi notado pelas ministrantes Joelda e Neuda, por meio das falas das participantes, a dificuldade de registros dos casos de violência contra as mulheres por parte da vigilância epidemiológica local. Pontua-se assim a necessidade de realizar formação dos profissionais para o registro da notificação compulsória de violência contra as Mulheres, conforme as diretrizes do Ministério da Saúde. Em relação à Assistência Social, as mulheres registraram a necessidade de implantação de um Centro de Referência Especializado de Assistência Social para referenciar o atendimento às mulheres.



Atividade do Programa de Extensão Mulheres da Amazônia realizada em Capixaba.
Foto: Joelda Paes

5.10 BRASILEIA

Em Brasileia, as oficinas do Programa de Extensão Mulheres da Amazônia ocorreram no dia 22 de maio de 2023, com a presença de 30 pessoas, no auditório da Secretaria de Educação. As atividades contaram com a presença de diversas autoridades locais. Segue abaixo o fluxo de atendimento trabalhado durante as atividades:



Fluxo de Atendimento à Mulher em Situação de Violência de Brasileia

Por ser uma zona de fronteira com a Bolívia, Brasileia possui necessidades extras em relação à Segurança Pública e isso reflete-se também nas questões relacionadas à violência de gênero. Desse modo, as mulheres locais salientaram a necessidade da existência de uma Delegacia Regional de Atendimento à Mulher.

Brasileia apresentou um bom funcionamento do fluxo de atendimento à mulher em situação de violência, sendo o primeiro município a receber as oficinas que possuía atendimento emergencial a vítimas de violência sexual.



Joelda Paes ministrando oficina em Brasileia.
Foto: Neuda Muniz



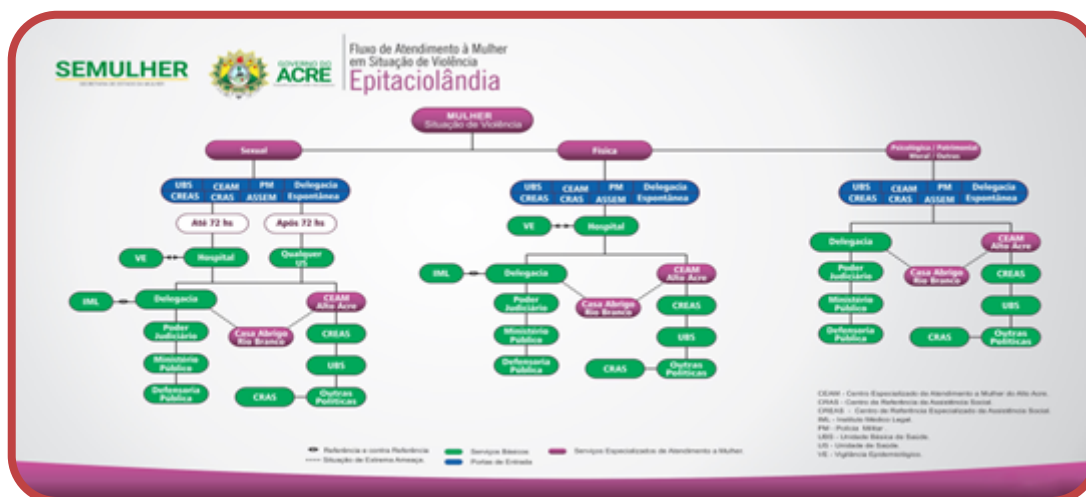
Neuda Muniz ministrando oficina em Brasileia.
Foto: Joelda Paes



Neuda Muniz ministrando oficina em Brasileia.
Foto: Joelda Paes.

5.11 EPITACIOLÂNDIA

Em Epitaciolândia, as oficinas do programa foram realizadas no dia 23 de maio de 2023, com a presença de 50 pessoas, no auditório do Centro de Educação Profissional. As atividades contaram com a presença da coordenadora do programa, da coordenadora do Programa Mulher do CREA/AC, Lya Beiruth e com diversas autoridades locais. Segue abaixo o fluxo de atendimento local, trabalhado durante as atividades:



Fluxo de Atendimento à Mulher em Situação de Violência de Epitaciolândia.

Epitaciolândia, assim como Brasileira, está situada em uma área de fronteira com a Bolívia. As duas cidades distam uma da outra em 1,6 km, portanto, ambas possuem problemas muito semelhantes. Assim, foram novamente ressaltados problemas de **Segurança Pública** e a necessidade de uma Delegacia Regional de Atendimento à Mulher, pois o alto índice de criminalidade reflete-se também nos crimes de gênero.



Mesa de abertura das oficinas do Programa de Extensão Mulheres da Amazônia em Epitaciolândia. Foto: Alyne Brandão.



Coordenadora do programa, Fabiana Nogueira Chaves, realizando abertura do evento de Epitaciolândia. Foto: Alyne Brandão

Epitaciolândia apresentou um bom funcionamento do fluxo de atendimento à mulher em situação de violência, sendo o segundo município a receber as oficinas que possuía atendimento emergencial a vítimas de violência sexual.

5.12 CRUZEIRO DO SUL

O Programa de Extensão Mulheres da Amazônia chegou em Cruzeiro do Sul no dia 12 de junho de 2023, promovendo oficinas com 41 pessoas, no auditório do Ministério Público. As atividades seguiram o cronograma das demais, porém com foco em sanar as deficiências locais já relatadas previamente. A maioria das deficiências apontadas foram relativas à Segurança Pública, Assistência Social e Sistema de Justiça. Tais problemas foram apontados e trabalhados em grupo por meio do fluxo de atendimento à mulher em situação de violência da cidade.

Verificou-se, por meio das interações em grupo, a necessidade de qualificar o serviço da Casa Abrigo do Juruá, tendo em vista a precária segurança que o acolhimento fornece às mulheres. Adiciona-se ainda a necessidade em melhorar o atendimento no que se refere as condições materiais do local, tanto na estrutura, como nos serviços prestados.

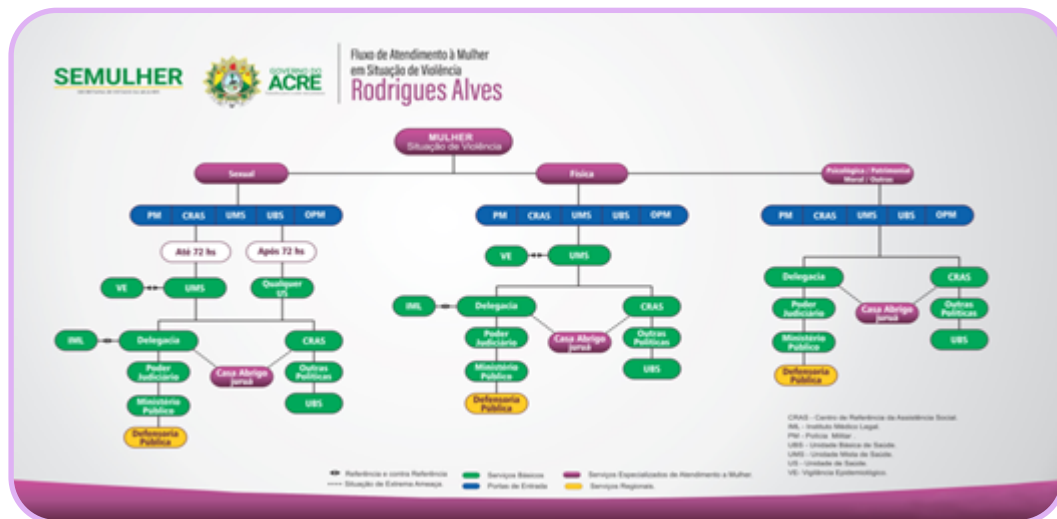
Quanto ao sistema de justiça, as profissionais presentes na oficina apontaram que os juízes e suas equipes precisam estar mais presentes e dialogar mais com os serviços da rede, no sentido da referência e contrarreferência de informações sobre os casos. Além disso, faz-se importante a presença dessas autoridades em campanhas e em ações preventivas na comunidade. No sistema de saúde, o município vem cumprindo a Lei.



Participantes da oficina em Cruzeiro do Sul.
Foto: Marcos Santos.

5.13 RODRIGUES ALVES

Em Rodrigues Alves, as atividades ocorreram no dia 13 de junho, no auditório da Escola Francisco Braga de Sousa. Estiveram presentes 28 pessoas. As oficinas seguiram a ordem pré-estabelecida de ações, sendo seguidas orientações por meio de slides, salientando-se o fluxo local de atendimento à mulher em situação de violência.



Fluxo de Atendimento à Mulher em Situação de Violência de Rodrigues Alves

Assim como em muitos municípios do Acre, as principais queixas das participantes foram na área de **Saúde**. O atendimento emergencial obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual não está sendo realizado na unidade hospitalar, apesar da obrigatoriedade legal. Também se ressaltou a dificuldade de registro dos casos de violência contra as mulheres por parte da vigilância epidemiológica. Nesse sentido, reforçou-se necessidade de realizar formação dos profissionais sobre o registro da Notificação Compulsória de Violência contra as Mulheres, conforme as diretrizes do Ministério da Saúde. Desse modo, tivemos como encaminhamento a articulação com o secretário estadual de saúde do Acre (SESACRE) e autoridades do município para verificar o que estava impedindo o hospital local de dispor desse atendimento que é garantido por lei.



Oficina realizada em Rodrigues Alves.
Foto: Alyne Brandão

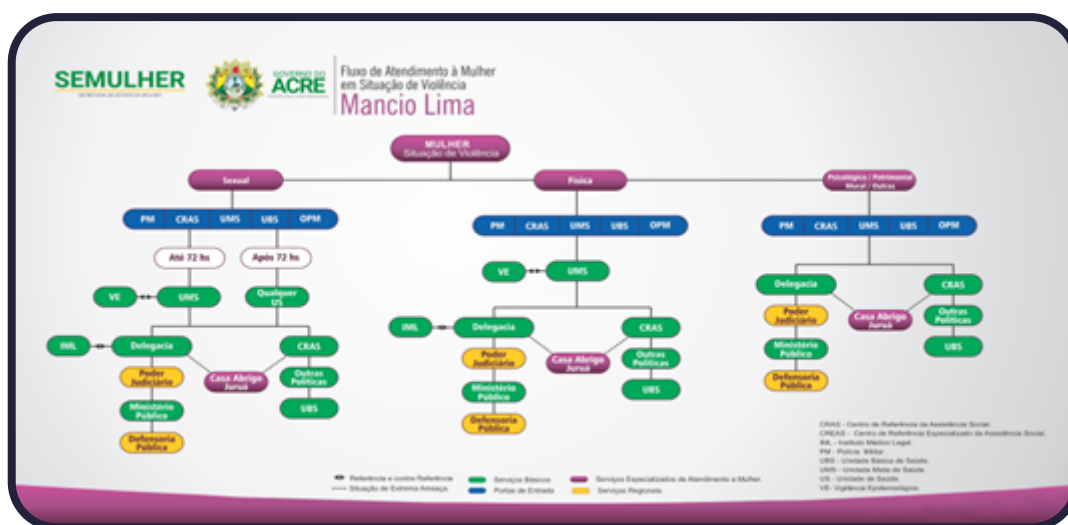
Quanto à **Assistência Social**, reclamou-se inexistência de um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) na cidade. As participantes destacaram a necessidade de fortalecimento da Rede de Proteção Social Especial com pessoal especializado. Também foi pontuada a necessidade de intensificar a presença da **Segurança Pública** na zona rural, onde acontece a maior quantidade de casos de violência contra as mulheres; e onde a população têm maior dificuldade em acessar os serviços públicos.



Compartilhamento de Experiências em Rodrigues Alves. Foto: Joelda Paes

5.14 MÂNCIO LIMA

No município, as atividades do projeto Rede Mulher foram realizadas no dia 14 de junho de 2023, no Teatro Márcia Alencar, com a presença de 30 pessoas. A oficina decorreu conforme planejamento metodológico, adequada a realidade local e aos trabalhos prévios de contato realizados com a rede de atendimento local. As oficinas foram ministradas de acordo com a metodologia exposta no item 4.2. Durante as explanações das participantes e pela análise de casos, diversos problemas foram arrolados em diversas áreas, apontando para a necessidade de fortalecimento da rede e de cobrança dos gestores. Abaixo o fluxo de atendimento à mulher de Mâncio Lima.



Fluxo de Atendimento à Mulher em Situação de Violência de Rodrigues Alves

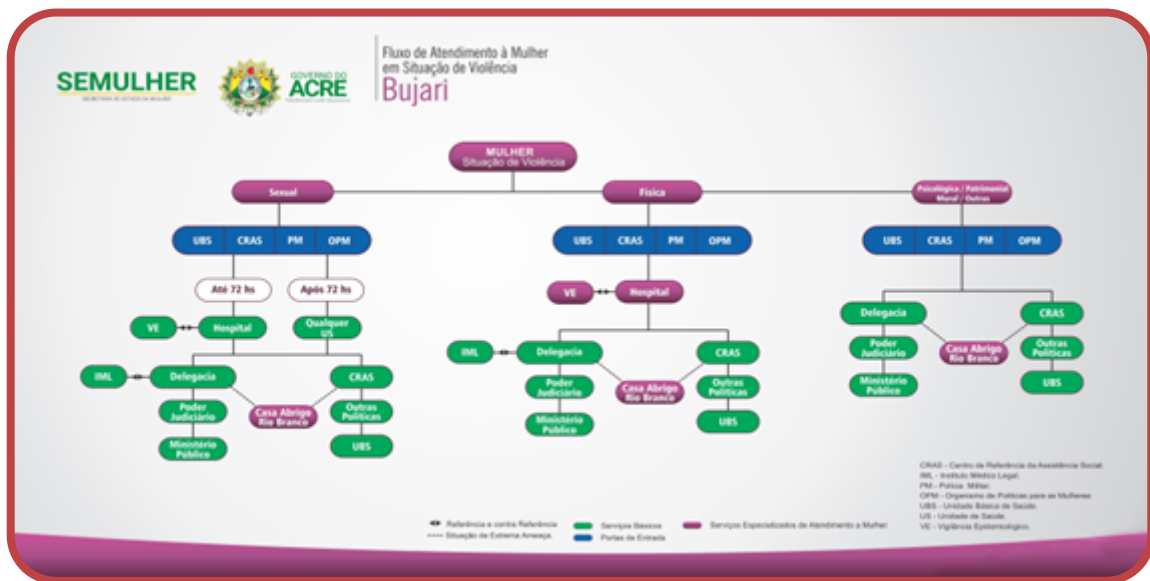
Na área da Saúde, a prestação de atendimento obrigatório, garantido por lei para pessoas que sofreram violência sexual, não está sendo ofertado pelo município. A menina ou mulher que sofre violência sexual não tem seus direitos garantidos, passando por uma segunda violência por parte do Estado. Enfatiza-se ainda, no âmbito da Assistência Social, a inexistência de um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) na cidade, o que em muito impacta negativamente a vida de vítimas de violência.



Parte da equipe participante das oficinas em Mâncio Lima.
Foto: Neuda Muniz

5.15 BUJARI

Na cidade de Bujari, a oficina ocorreu no dia 21 de junho, no Centro de Referência de Assistência Social, tendo 42 pessoas participantes. Os trabalhos correram conforme o previsto, por meio do fluxo de atendimento da rede local, exposto abaixo:



Fluxo de Atendimento à Mulher em Situação de Violência de Bujari.

Os problemas relacionados ao atendimento em **Saúde** para as vítimas de violência sexual persistem também neste município. Não há atendimento emergencial obrigatório e a lei está sendo descumprida. Também foi notado pelas ministrantes Joelda e Neuda, por meio das falas das participantes, a dificuldade de registros dos casos de violência contra as mulheres por parte da vigilância epidemiológica local. Pontua-se assim a necessidade de realizar formação dos profissionais para o registro da notificação compulsória de violência contra as Mulheres, conforme as diretrizes do Ministério da Saúde. Em relação à Assistência Social, as mulheres locais registraram a necessidade de implantação de um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) para referenciar o atendimento às mulheres.



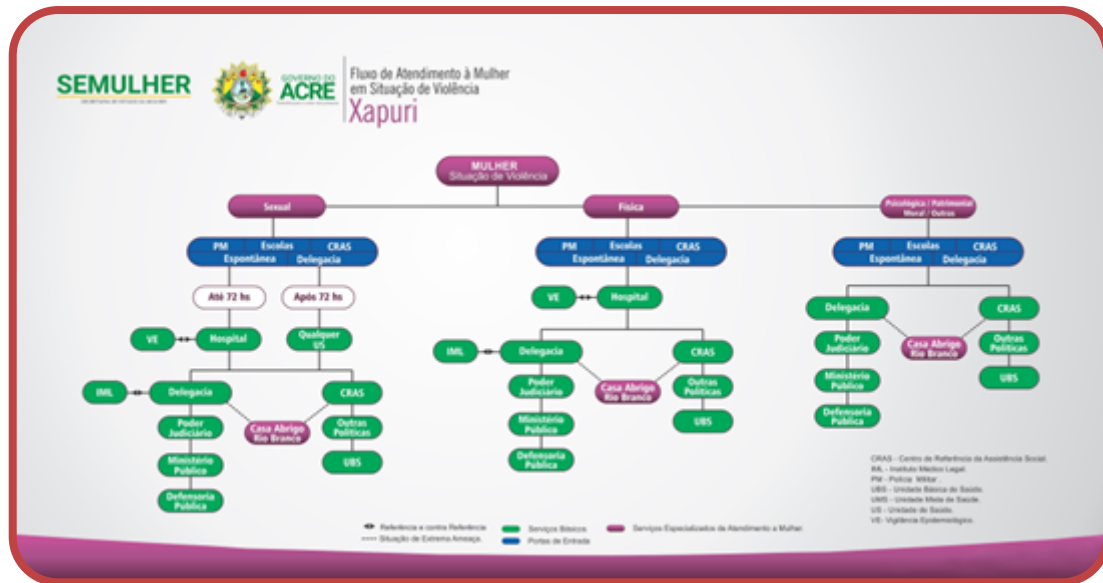
Joelda Paes ministrando oficina na cidade de Bujari.
Foto: Neuda Muniz



Compartilhamento de Experiências em Rodrigues Alves. Foto: Joelda Paes

5.16 XAPURI

Em Xapuri, o local das oficinas foi o salão paroquial da Igreja São Sebastião, no dia 11 de julho, onde compareceram 43 pessoas. A partir do fluxo de atendimento da cidade, projetado em slides, iniciaram-se as oficinas e logo foi possível detectar diversos problemas no fluxo da rede.

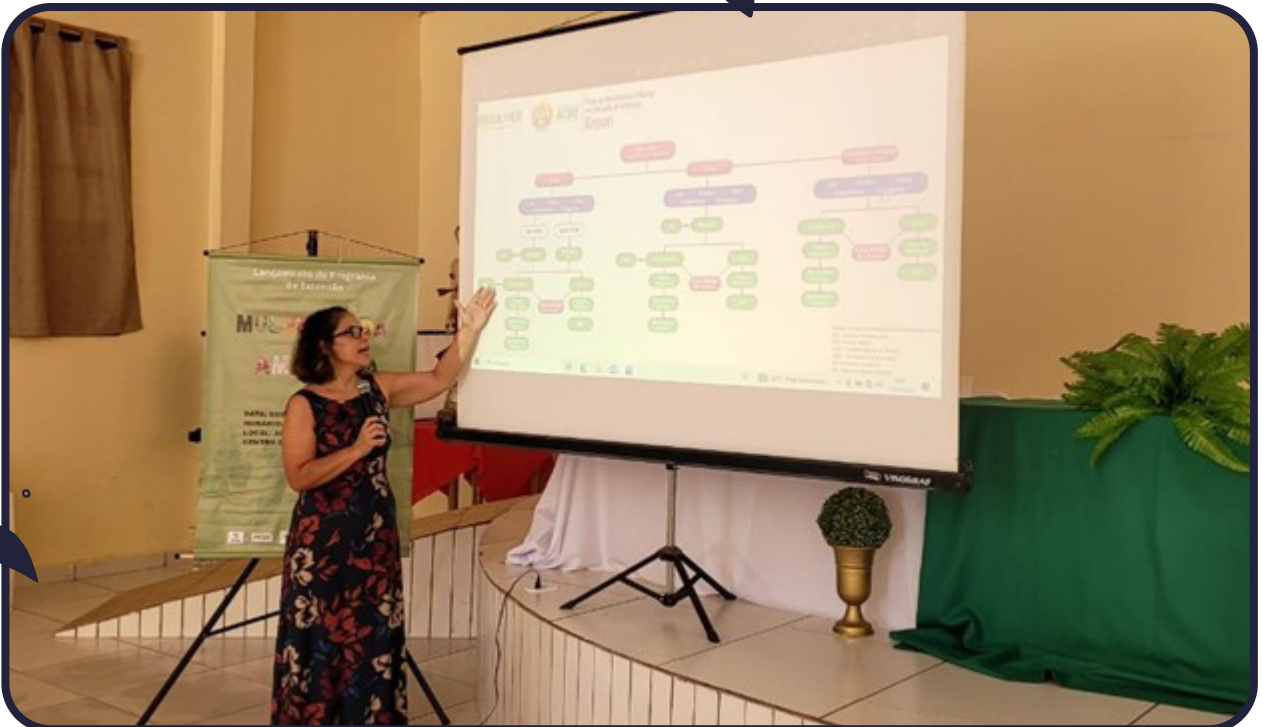


Fluxo de Atendimento à Mulher em Situação de Violência de Xapuri.

Em Xapuri, o atendimento em **Saúde**, obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual de emergência não está sendo realizado na unidade hospitalar. Também foi notada a dificuldade de registros dos casos de violência contra as mulheres por parte da Vigilância Epidemiológica, fazendo-se necessário realizar formação dos profissionais sobre o registro da Notificação Compulsória de Violência contra as Mulheres, conforme as diretrizes do Ministério da Saúde. Também foram salientados diversos problemas relativos às políticas públicas de Assistência Social, o que, segundo as participantes, seria sanado apenas havendo a implantação de um CREAS. Diversos casos relatados pelas participantes das oficinas demonstraram como a ausência de políticas públicas de assistência tem prejudicado mulheres.



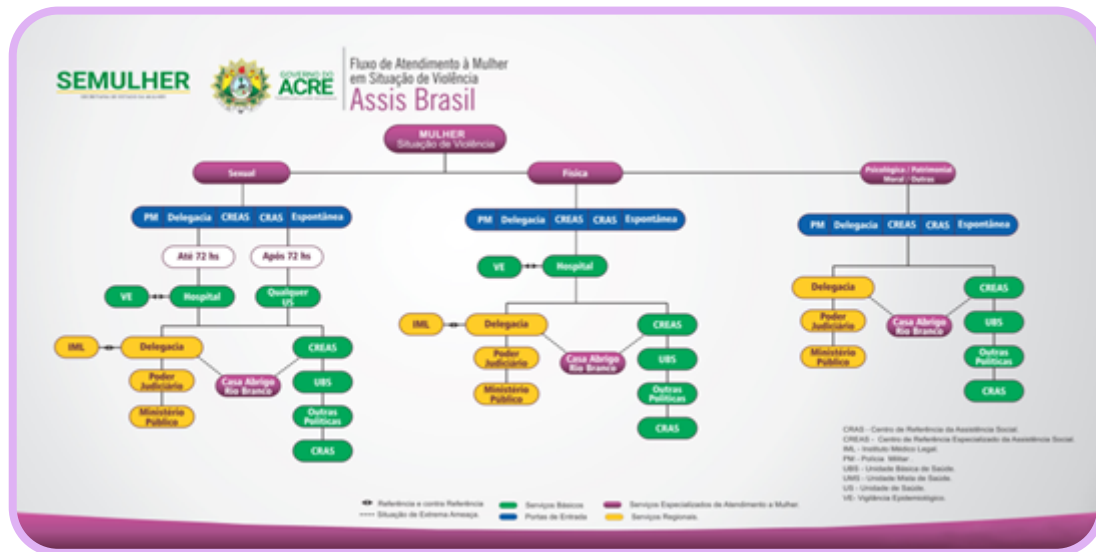
Oficina realizada em Xapuri. Foto: Neuda Muniz.



Explicação sobre fluxo de atendimento à mulher vítima de violência em Xapuri.
Foto: Neuda Muniz

5.17 ASSIS BRASIL

Em Xapuri, as oficinas do Programa de Extensão Mulheres da Amazônia ocorreram no dia 13 de julho, com a presença de 45 pessoas, no auditório anexo da prefeitura. As atividades contaram com a presença de diversas autoridades locais. Segue abaixo o fluxo de atendimento trabalhado durante as atividades: no fluxo da rede.



Fluxo de Atendimento à Mulher em Situação de Violência de Assis Brasil.

Por ser uma zona de fronteira com o Peru, Assis Brasil possui necessidades extra em relação à **Segurança Pública** e isso reflete-se também nas questões relacionadas à violência contra mulheres e meninas. Desse modo, as participantes locais salientaram a necessidade da existência de uma Delegacia Regional de Atendimento à Mulher.

Assis Brasil, a **Saúde** não vem realizando o atendimento obrigatório a vítimas de violência sexual, mesmo sendo uma obrigação legal. Essa negligência vem ilustrada por diversos casos graves de violência a cada cidade pela qual o projeto passa. Durante as rodas de conversa, foi também citada, no âmbito da **Assistência Social**, a necessidade urgente de um atendimento especializado a mulheres indígenas, pois elas não possuem amparo específico e são alvo de diversos tipos de violências, tanto étnicas, como de gênero.



Mesa de abertura do projeto em Assis Brasil.
Foto: Neuda Muniz

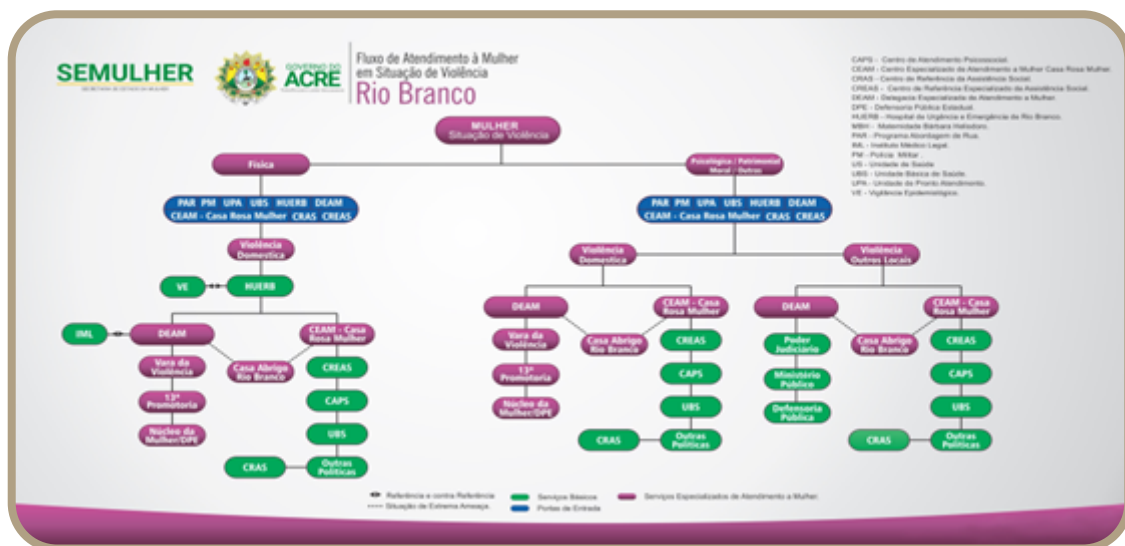


Parte da equipe que concluiu as oficinas em Assis Brasil.

5.18 RIO BRANCO

Por ser a capital do estado, Rio Branco possui uma variedade de serviços de atendimento e assistência à mulher mais consolidados do que outras cidades do Acre. Essa questão faz com que as capacitações, formações e oficinas ocorram de forma mais diversa, por diversas instituições e de maneira mais sistemática na localidade. Desse modo, as oficinas do Programa de Extensão Mulheres da Amazônia tiveram como prioridade a abordagem de pontos deficitários já salientados pela rede de atendimento à mulher local, realizando um trabalho de fortalecimento de ações entre as várias instituições integrantes.

As atividades de Rio Branco priorizaram os trabalhos relativos à **Segurança Pública e Saúde**, sendo realizadas no dia 15 de agosto, no auditório da prefeitura municipal, com 45 pessoas. Estiveram presentes diversas autoridades, dentre elas a secretária de políticas para as mulheres do Acre, Márdhia El-Shawwa. Como a rede de atendimento da capital envolve um maior número de instituições, o fluxo de atendimento foi dividido em duas partes, para facilitar o trabalho e compreensão.



Fluxo de Atendimento à Mulher em Situação de Violência de Rio Branco 1.



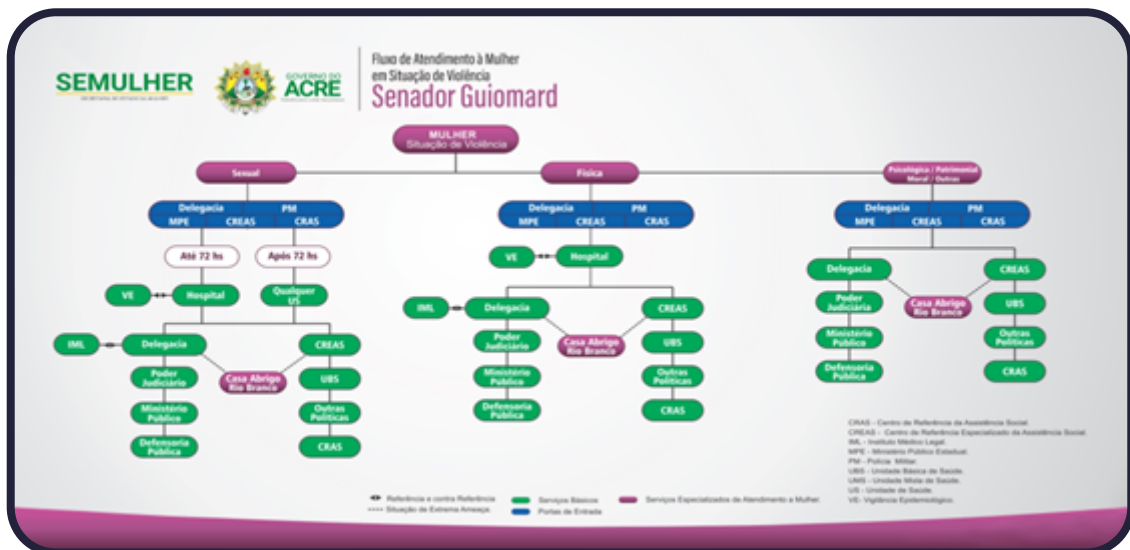
Oficina realizada em Rio Branco. Foto: Luciane Nogueira



Mesa de abertura da oficina realizada em Rio Branco. Foto: Luciane Nogueira

5.19 SENADOR GUIOMARD

O Programa de Extensão Mulheres da Amazônia chegou a Senador Guiomard no dia 20 de setembro de 2023, promovendo oficinas com 71 pessoas no auditório da Escola Modelo. Estiveram presentes diversas autoridades, dentre elas a secretária de políticas para as mulheres do Acre, Márdhia El-Shawwa. A oficina seguiu o cronograma proposto, conduzindo os trabalhos a partir do organograma do fluxo de atendimento à mulher local.



Fluxo de Atendimento à Mulher em Situação de Violência de Senador Guiomard.

As principais queixas e apontamentos das participantes das oficinas foram na área de **Saúde**. O atendimento emergencial, obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual não está sendo realizado na unidade hospitalar, conforme diretriz prevista na Lei nº 12.845 de 1º de agosto de 2013. Também foi notada a dificuldade de registros dos casos de violência contra as mulheres por parte da vigilância epidemiológica. Nesse sentido, reforçou-se necessidade de realizar formação dos profissionais sobre o registro da notificação compulsória de violência contra as mulheres, conforme as diretrizes do Ministério da Saúde.

Como encaminhamento, as questões relativas ao descumprimento legal do atendimento a vítimas de violência sexual juntar-se-á aos demais para serem tratados como política de Estado junto à Secretaria de Estado de Saúde do Acre. Na ocasião, houve também a eleição da presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Senador Guimard, importante instituição de acolhimento e fiscalização da efetividade das políticas públicas locais.

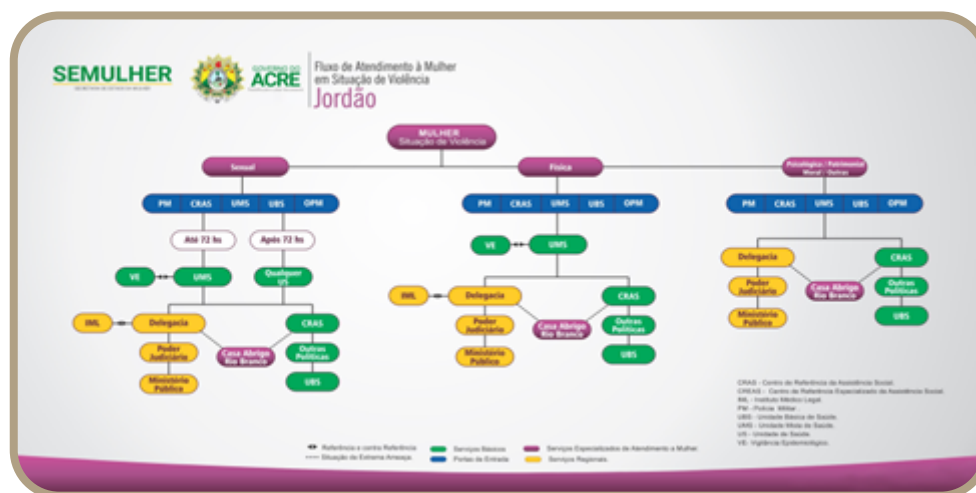


Parte dos participantes da oficina realizada em Senador Guimard.
Foto: Franklin Lima

5.20 JORDÃO

Jordão é um dos quatro municípios de difícil acesso do Acre, não havendo ligação terrestre às demais cidades. Só é possível acessar o município por meio de barco ou de avião de pequeno porte. Apenas uma empresa aérea opera o trecho, sendo que os voos acontecem apenas três vezes na semana por um custo alto, partindo de Rio Branco. A equipe do Mulheres da Amazônia partiu para a ação de avião. O isolamento geográfico do local, acaba por refletir no acesso a políticas públicas sociais e na aplicabilidade das leis.

A oficina do projeto Rede Mulher foi realizada no Jordão no dia 18 de outubro de 2023, no auditório da Secretaria Municipal de Educação, contou a presença de 27 pessoas. As oficinas foram previamente concebidas a partir de conversas com a rede de atendimento à mulher local, sendo trabalhadas a partir do fluxo de atendimento.



Fluxo de Atendimento à Mulher em Situação de Violência de Jordão.

Durante as atividades, muitos problemas e carências foram notados. Em primeiro lugar, destaca-se a ausência de atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual na área da **Saúde**. Também foi notada a dificuldade de registros dos casos de violência contra as mulheres por parte da vigilância epidemiológica. Registrou-se a necessidade de capacitação, por parte da equipe da SESACRE, sobre a notificação compulsória das violências pelos profissionais de saúde do município.

Na área de **Assistência Social** foi amplamente defendida a necessidade de implantação de um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) na localidade, visando fortalecer a proteção social especial.

Quanto a **Segurança Pública**, o município enfrenta diversos problemas, dentre eles a ausência de um número de emergência para ligação e denúncias. As ligações para o 190 que partem de Jordão caem na capital, depois são enviadas para Cruzeiro do Sul e de lá para o comando local. Pode-se levar até 40 min para o conhecimento das emergências. Assim, como alternativa, sugeriu-se o fornecimento de um celular institucional para o Comando da Polícia Militar de Jordão, para o qual se pudesse ligar em uma situação de urgência. A sugestão foi anotada para ser levada para a pasta responsável. Foi elencada também a necessidade de uma policial feminina na realização dos atendimentos a mulheres, pois atualmente só estão lotados homens na polícia civil da cidade.

Soma-se a isso problemas na área da Justiça, com a ausência de operadores do Direito na cidade (delegado de polícia, promotor de justiça, juiz de direito e defensor público). As participantes relataram que o sentimento da população é de insegurança e fragilidade no acesso à justiça. Isso afeta principalmente às mulheres, populações rurais (ribeirinhos e extrativistas) e indígenas.



Mesa de abertura das atividades no Jordão.
Foto: Joelda Paes

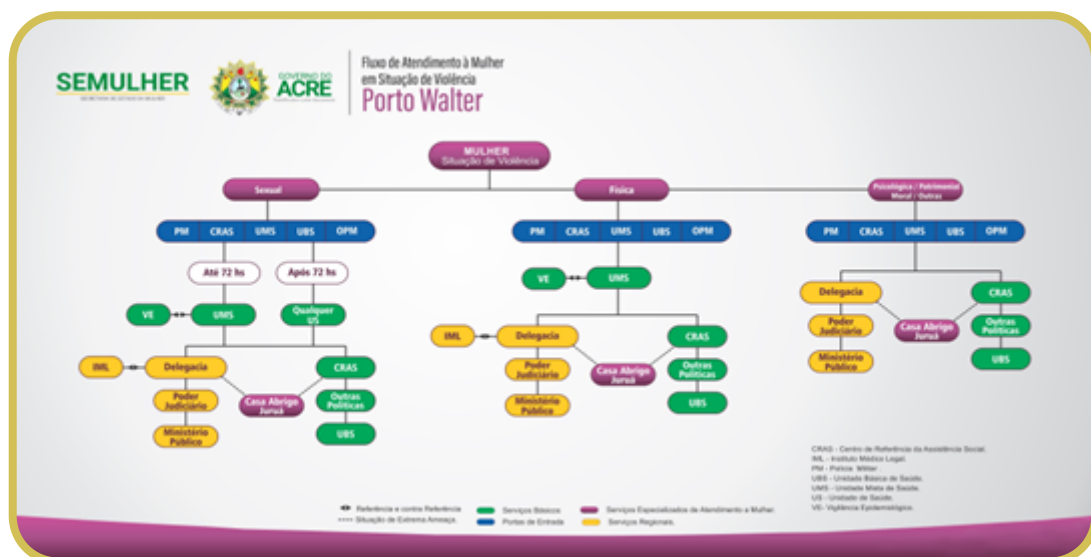


Participantes da oficina em Jordão. Foto: Joelda Paes.

5.21 PORTO WALTER

Porto Walter é um dos quatro municípios de difícil acesso do Acre, não havendo ligação terrestre às demais cidades. Só é possível acessar o município por meio de barco ou avião de pequeno porte. Apenas uma empresa aérea opera o trecho, sendo que os voos acontecem apenas três vezes na semana, partindo de Cruzeiro do Sul, por um custo alto. Porém, diferentemente de Jordão e de Santa Rosa do Purus, existem empresas fluviais que realizam o transporte para Porto Walter diariamente, em pequenas embarcações, partindo de Cruzeiro do Sul. A viagem de barco pode durar de quatro a oito horas, a depender do sistema de cheia do Rio Juruá. A equipe do Mulheres da Amazônia chegou ao município de avião. Mesmo que em menor grau, o isolamento geográfico do local, acaba por refletir no acesso a políticas públicas sociais e na aplicabilidade das leis. Assim, os problemas relatados nos quatro municípios sem acesso por via terrestre em muito se assemelham.

A ação ocorreu em Porto Walter no dia 24 de outubro de 2023, no Centro Cultural Maria Zeinar Gomes Bezerra, contando com 28 pessoas. As oficinas foram previamente concebidas a partir de conversas com a rede de atendimento à mulher local, sendo trabalhadas a partir do fluxo de atendimento.



Fluxo de Atendimento à Mulher em Situação de Violência de Porto Walter

Durante as atividades, muitas demandas foram assinaladas. Em primeiro lugar, destaca-se a ausência de atendimento obrigatório e integral em **saúde** de pessoas em situação de violência sexual na unidade hospitalar. Também foi notada a dificuldade de registros dos casos de violência contra as mulheres por parte da vigilância epidemiológica. Registrou-se também a necessidade de capacitação, por parte da equipe da SESACRE, sobre a notificação compulsória das violências pelos profissionais de saúde do município.

Na área de **Assistência Social** foi ressaltada a necessidade de implantação de um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) na localidade, visando fortalecer a proteção social especial.

Quanto a **Segurança Pública**, o município enfrenta diversos problemas, dentre eles a ausência de um número de emergência para denúncias e pedidos de ajuda. As ligações para o 190 que partem de Porto Walter caem na capital, depois são enviadas para Cruzeiro do Sul e de lá para o comando local. Pode-se levar até 40 min para o conhecimento das emergências. Assim, como alternativa, sugeriu-se o fornecimento de um celular institucional para o Comando da Polícia Militar, para o qual se pudesse ligar em uma situação de urgência. A sugestão foi anotada e levada para a pasta responsável.

Soma-se a isso a ausência de operadores do Direito na cidade (delegado de polícia, promotor de justiça, juiz de direito e defensor público). As participantes relataram que o sentimento da população é de insegurança e fragilidade no acesso à Justiça. Isso afeta principalmente às mulheres, populações rurais (ribeirinhos e extrativistas) e indígenas.



Parte das participantes das ações de Porto Walter

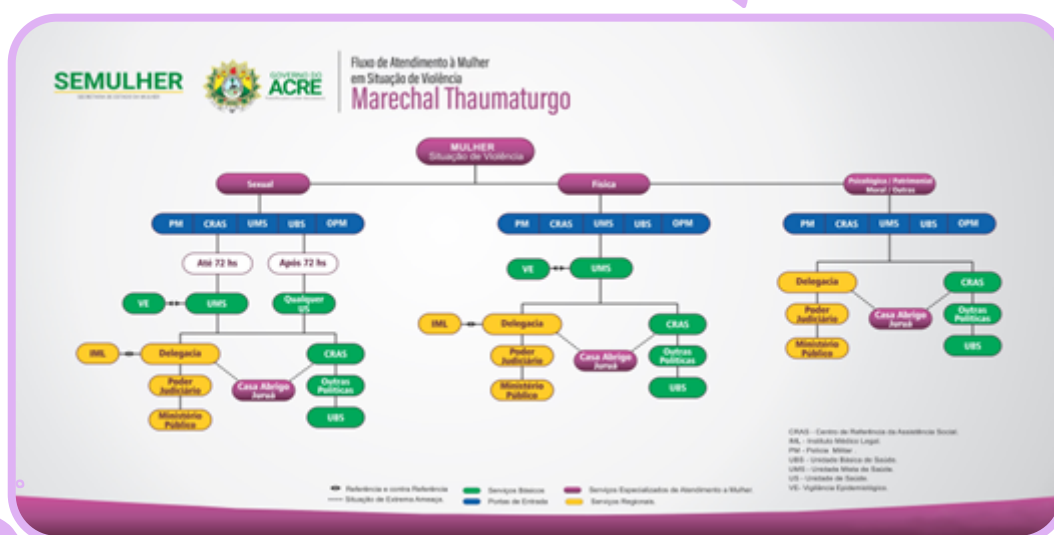


Joelda ministrando oficina em Porto Walter. Foto: Neuda Muniz

5.22 MARECHAL THAUMATURGO

Marechal Thaumaturgo é um dos quatro municípios de difícil acesso do Acre, não havendo ligação terrestre às demais cidades. Só é possível acessar o município por meio de barco ou avião de pequeno porte. Apenas uma empresa aérea opera o trecho, sendo que os voos acontecem apenas três vezes na semana, partindo de Cruzeiro do Sul (escala em Porto Walter), por um custo alto. Porém, diferentemente de Jordão e de Santa Rosa do Purus, existem empresas fluviais que realizam o transporte para a cidade diariamente, em pequenas embarcações, partindo de Cruzeiro do Sul, com escala em Porto Walter. A viagem de barco pode durar de oito a 16 horas, a depender do sistema de cheia do Rio Juruá. A equipe do Mulheres da Amazônia chegou ao município de avião. Mesmo que em menor grau, o isolamento geográfico do local, acaba por refletir no acesso a políticas públicas sociais e na aplicabilidade das leis. Assim, os problemas relatados nos quatro municípios sem acesso por via terrestre em muito se assemelham.

A ação ocorreu em Marechal Thaumaturgo no dia 26 de outubro de 2023, na câmara municipal de vereadores, havendo 30 pessoas presentes. As oficinas foram previamente concebidas a partir de conversas com a rede de atendimento à mulher local, sendo trabalhadas a partir do fluxo de atendimento.



Fluxo de Atendimento à Mulher em Situação de Violência de Marechal Thaumaturgo

No município destacam-se problemas na área da **Saúde**, com a ausência de atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual na unidade hospitalar. Também foi notada a dificuldade de registros dos casos de violência contra as mulheres por parte da vigilância epidemiológica. Registrou-se também a necessidade de capacitação, por parte da equipe da SESACRE, sobre a notificação compulsória das violências pelos profissionais de saúde do município.

Na área de **Assistência Social** foi ressaltada a necessidade de implantação de um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), visando fortalecer a proteção social especial.

Quanto a **Segurança Pública**, o município enfrenta diversos problemas, dentre eles a ausência de um número de emergência para denúncias e pedidos de ajuda. As ligações para o 190 que partem de Marechal caem na capital, depois são enviadas para Cruzeiro do Sul e de lá para o comando local. Pode-se levar até 40 min para o conhecimento das emergências. Assim, como alternativa, sugeriu-se o fornecimento de um celular institucional para o Comando da Polícia Militar, para o qual se pudesse ligar em uma situação de urgência. A sugestão foi anotada e levada para a pasta responsável.

Soma-se a isso a ausência de operadores do Direito na cidade (delegado de polícia, promotor de justiça, juiz de direito e defensor público). As participantes relataram que o sentimento da população é de insegurança e fragilidade no acesso à Justiça. Isso afeta principalmente às mulheres, populações rurais (ribeirinhos e extrativistas) e indígenas.



Mesa de abertura das atividades em Marechal Thaumaturgo. Foto: Alyne Brandão.

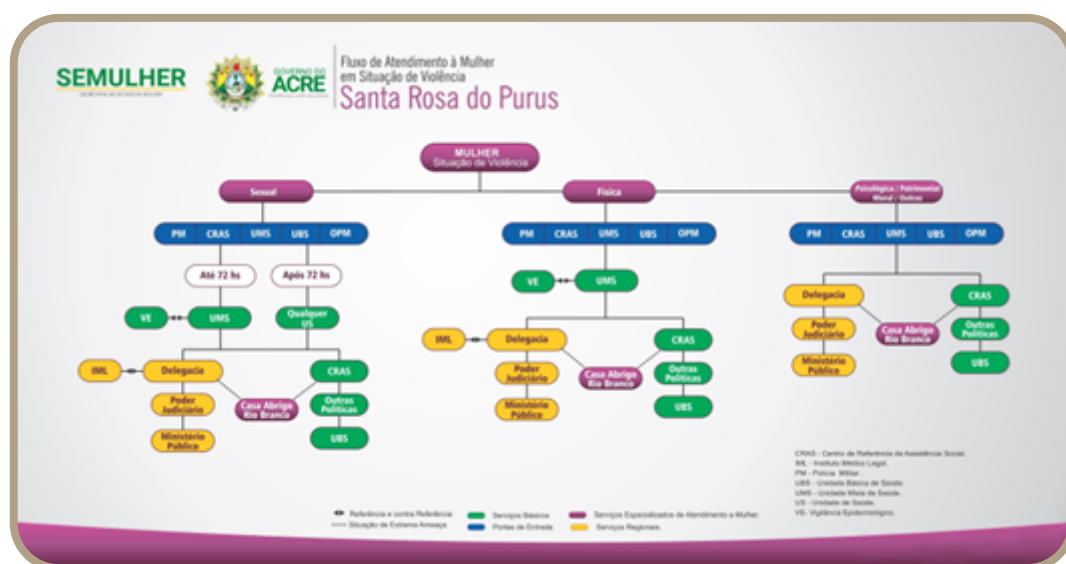


Parte dos participantes da oficina de Marechal Thaumaturgo. Foto: Joelda Paes

5.23 SANTA ROSA DO PURUS

Santa Rosa do Purus é um dos quatro municípios de difícil acesso do Acre, não havendo ligação terrestre às demais cidades. Só é possível acessar o município por meio de barco ou avião de pequeno porte. Apenas uma empresa aérea opera o trecho, sendo que os voos acontecem apenas duas vezes na semana, partindo de Rio Branco, por um custo alto. Não existem empresas fluviais regulares que realizam o transporte para a cidade. A equipe do Mulheres da Amazônia chegou ao município de avião. O isolamento geográfico do local, acaba por refletir no acesso a políticas públicas sociais e na aplicabilidade das leis. Assim, os problemas relatados nos quatro municípios sem acesso por via terrestre em muito se assemelham.

A ação ocorreu em Santa Rosa do Purus no dia sete de novembro de 2023, na câmara municipal de vereadores, havendo 32 pessoas presentes. As oficinas foram previamente concebidas a partir de conversas com a rede de atendimento à mulher local, sendo trabalhadas a partir do fluxo de atendimento.



Fluxo de Atendimento à Mulher em Situação de Violência de Santa Rosa do Purus

Durante as atividades, muitos problemas e carências foram notados. Na **Saúde**, destaca-se a ausência de atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual na unidade hospitalar. Também foi notada a dificuldade de registros dos casos de violência contra as mulheres por parte da Vigilância Epidemiológica. Registrou-se também a necessidade de capacitação, por parte da equipe da SESACRE, sobre a notificação compulsória das violências pelos profissionais de saúde do município.

Na área de Assistência Social, foi amplamente defendida a necessidade de implantação de um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), visando fortalecer a proteção social especial.

Quanto a **Segurança Pública**, o município enfrenta diversos problemas, dentre eles a ausência de um número de emergência para denúncias e pedidos de ajuda. As ligações para o 190 que partem de Santa Rosa caem na capital, depois são enviadas para Cruzeiro do Sul e de lá para o comando local. Pode-se levar até 40 min para o conhecimento das emergências. Assim, como alternativa, sugeriu-se o fornecimento de um celular institucional para o Comando da Polícia Militar, para o qual se pudesse ligar em uma situação de urgência. A sugestão foi anotada para ser tratada com a pasta responsável. Os profissionais presentes na ação registraram a necessidade de uma policial feminina na base da Polícia Civil, pois acaba havendo constrangimento e dificuldade de comunicação com mulheres em situação de violência ou em condição de vulnerabilidade. Somente homens trabalham na Polícia Civil local.

Soma-se a isso a ausência de operadores do Direito na cidade (delegado de polícia, promotor de justiça, juiz de direito e defensor público). As participantes relataram que o sentimento da população é de insegurança e fragilidade no acesso à **Justiça**. Isso afeta principalmente às mulheres, populações rurais (ribeirinhos e extrativistas) e indígenas.



Joelda Paes ministrando oficina em Santa Rosa do Purus. Foto: Neuda Muniz



Neuda Muniz ministrando oficina em Santa Rosa do Purus.

5.24 APRESENTAÇÃO PÚBLICA DE RESULTADOS DAS OFICINAS

Com o cumprimento da agenda de oficinas nos 22 municípios do Acre, conforme proposto, realizou-se uma apresentação pública dos resultados obtidos no projeto Rede Mulher e no projeto Educação para Prevenção: gravidez na adolescência e Direitos Humanos das mulheres (este projeto terá suas ações apresentadas em outra publicação), pelo Programa de Extensão Mulheres da Amazônia. O objetivo dessa apresentação foi prestar contas de um trabalho realizado com recursos públicos e que envolveu diversas instituições. Durante as oficinas, por meio das rodas de conversa e de dinâmicas realizadas, obteve-se dados importantes sobre a situação de atendimento à mulher no Acre, quantitativa e qualitativamente. Tal apresentação levou em conta os dados coletados em cada uma das cidades acreanas, a estrutura institucional de cada uma, a estrutura do fluxo de atendimento à mulher em situação de violência local e os relatos das pessoas que atuam na rede e nas instituições de defesa de direitos femininos.

O evento aconteceu no dia primeiro de dezembro de 2023, na Universidade Federal do Acre, no auditório Adriana Santelly, e teve como público-alvo os principais órgãos do poder público acreano envolvidos no enfrentamento à violência contra mulheres e meninas, bem como organizações da sociedade civil atuantes na causa. Estiveram presentes no evento a coordenadora do programa, Fabiana Nogueira Chaves; o pró-reitor de Extensão

e Cultura da Ufac, Carlos Paula de Moraes; o Ministério Público do Acre; as ministrantes de oficinas Joelda Paes, Neuda Muniz e Alyne Brandão; representantes da Secretaria de Estado da Mulher (SEMulher); representantes da Secretaria de Estado de Educação; presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Acre, Giovana Castelo Branco; integrantes da Polícia Militar e da Polícia Civil; representantes de diversos municípios; dentre outros.



Mesa de abertura do evento de apresentação pública de resultados do Programa de Extensão Mulheres da Amazônia. Foto: Alyne Brandão.



Pronunciamento da coordenadora do programa, Fabiana Nogueira Chaves. Foto: SEMulher.



Joelda Paes apresentando os números e demandas obtidas nas oficinas do Projeto Rede Mulher. Foto: SEMulher.

Após a apresentação dos resultados obtidos e dos encaminhamentos dados às demandas surgidas, os quais veremos de forma detalhada nos seguintes itens, foram explicadas quais serão as próximas etapas de trabalho do programa de extensão em questão. A etapa II estará focada em parcerias com instituições nacionais e internacionais, bem como na apresentação e publicação dos trabalhos realizados. Dentre os objetivos do programa está a construção de um Corredor Latino-americano de enfrentamento à violência contra à mulher, priorizando parcerias e construção de espaços de trocas de saberes e de pesquisa com demais países.

6. RESULTADOS

O Projeto Rede Mulher atingiu diretamente 766 pessoas atuantes na rede de atendimento à mulher em situação de violência, nos 22 municípios do estado do Acre. Essas pessoas receberam formação teórica sobre as relações sociais de gênero, com foco no histórico e especificidades das mulheres acreanas, sobre leis e políticas públicas relativas ao tema. Ao mesmo tempo foi realizado um mapeamento das condições em que as políticas públicas para mulheres e meninas vem sendo aplicadas ou negligenciadas no Acre, produzindo um levantamento sobre a eficácia do fluxo de atendimento da rede em cada cidade. Considerando que essas 766 pessoas foram orientadas a serem multiplicadoras em seus ambientes familiar e de trabalho, considera-se que, indiretamente, foram atingidas cerca 3.830 pessoas por tal ação.

A partir das oficinas do Programa de Extensão Mulheres da Amazônia pelo projeto Rede Mulher, muitos dados foram coletados, direta e indiretamente. Dentre os dados diretos, os que mais chamam atenção encontram-se no âmbito da Saúde. Revelou-se que:

- **18 dos 22** municípios do Acre não realizam o atendimento emergencial, obrigatório e integral a pessoas vítimas de violência sexual em suas unidades hospitalares, conforme determina a Lei nº 12.845 de 1º de agosto de 2013. O atendimento a pessoas que sofreram violência sexual (em sua maioria mulheres e meninas) é essencial para uma redução de danos à vítima. A profilaxia de emergência evita, por exemplo, que, além de uma gravidez fruto de estupro, a vítima adquira uma infecção sexualmente transmissível (IST), como sífilis ou HVI. O não cumprimento de um direito legal perpetra nova violência contra essas mulheres. Neste caso, uma violência praticada pelo Estado, por omissão. No Acre, apenas Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Brasileia e Epitaciolândia possuem atendimento integral a vítimas de violência sexual.

- **19 dos 22** municípios do Acre apresentaram problemas quanto ao registro da Notificação Compulsória de Violência contra as Mulheres, conforme as diretrizes do Ministério da Saúde. Nesses 19 municípios foi elencada como pauta prioritária o investimento em formação dos profissionais da área da saúde para que passem a cumprir a legislação. Isso reflete diretamente na dificuldade de registros dos casos de violência contra as mulheres

por parte da Vigilância Epidemiológica.

- **14** municípios apresentaram carência grave quanto à Assistência Social, o que influencia diretamente na saúde psicológica de mulheres e meninas. Dez deles apresentaram necessidade de criação de um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), enquanto quatro enfatizaram a necessidade de criação ou reativação de casas-abrigo e de acolhimento a mulheres em situação de violência.

- **11** cidades apresentaram graves problemas relacionados à Segurança Pública. Os problemas são dos mais variados tipos, porém as reclamações na região fronteira são muito similares. Brasileia, Epitaciolândia e Assis Brasil, principais cidades de fronteira do Acre, solicitaram a criação de uma Delegacia Regional de Atendimento à Mulher devido a quantidade de agressões de gênero que ocorrem. Por ser uma região de fronteira, há um alto índice de criminalidade, o que reflete diretamente na qualidade de vida de mulheres e meninas.

- Os **quatro** municípios de difícil acesso do Acre, ou seja, que não possuem acesso via terrestre, registraram obstáculos em utilizar o serviço do 190 devido às ligações caírem primeiramente em Rio Branco, posteriormente serem enviadas para Cruzeiro do Sul, e de lá serem encaminhadas para os comandos policiais locais. Foi registrada a demora de mais de 40 minutos no atendimento das chamadas. Em se tratando de uma ligação de emergência, o serviço se torna inoperante. Em chamadas advindas da zona rural dessas cidades, a situação se agrava ainda mais.

- Dentre as demandas surgidas nas rodas de conversa, destaca-se a necessidade de cursos e atividades que incentivem o empreendedorismo feminino, bem como a possibilidade de formação técnica e/ou acadêmica em diversas áreas. Essa demanda por cursos e possibilidades de formação são direcionadas à Universidade Federal do Acre e apareceram em todos os municípios, principalmente nos mais distantes da capital.

7. ENCAMINHAMENTOS

Como encaminhamentos foi levantada a necessidade de compilação dos dados e de posterior agendamento de reuniões com órgãos estaduais responsáveis pelas pastas deficitárias em relação a efetivação de leis que garantam saúde, proteção e bem-estar às mulheres e meninas acreanas. As reuniões foram separadas em: reuniões de alinhamento com parceiros e reuniões sobre aplicação das políticas públicas com os órgãos responsáveis:

7.1 - Reuniões de alinhamento com parceiros

- Conselho Estadual dos Direitos da Mulher
- Ministério Público do Acre
- Ongs e organizações da sociedade civil

7.2 - Reuniões sobre aplicação das políticas públicas

- Secretaria de Estado de Saúde do Acre (SESACRE)
- Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Acre (SEJUSP)
- Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH)

Foi aguardada a publicação deste e-book com o resultado da pesquisa para que tais agendas pudessem ser realizadas já com o material publicado, de forma a respaldar a construção de políticas públicas necessárias para adequação à Lei. Assim, com este material em mãos, uma pesquisa viabilizada por meio da educação popular praticada pela Extensão Universitária, além das buscas por sanar problemas existentes por meio de apresentação técnica e cobrança dos órgãos competentes, visa-se a construção de novos programas de extensão para suprir demandas cabíveis à universidade.

Com o pedido de tantas mulheres gestoras nos municípios para a oferta de cursos de formação para mulheres, buscar-se-á, em próximas edições do Programa de Exten-

são Mulheres da Amazônia, a oferta de cursos nas áreas mais solicitadas. São elas: empreendedorismo, educação financeira, comunicação (redes sociais), marketing, administração etc. Outros cursos solicitados são na área da beleza, cuidados pessoais, cursos voltados para a cultivo da terra (produção agrícola alimentar e ornamental).

Também alinhado às solicitações advindas das mulheres gestoras atuantes na rede de atendimento à mulher, visa-se continuar ministrando oficinas de formação para as equipes da rede, bem como oficinas de incentivo à formação de mulheres e meninas, trazendo possibilidades e apresentando a universidade como um espaço que é delas. Objetiva-se um trabalho especial para incentivo de mais mulheres das Ciências Exatas e Agrárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É interessante notar as possibilidades de formação e de diagnóstico social possíveis em uma ação de educação popular viabilizada pela extensão e, ao mesmo tempo, a importância de essas ações serem geridas pela universidade. A imparcialidade político-partidária de uma instituição federal de ensino facilita que as cobranças sejam feitas aos órgãos competentes sem nenhum tipo de interesse ou retaliação, podendo ter como único objetivo o interesse público, que neste caso é o interesse de mulheres e meninas da Amazônia Acreana.

Salta aos olhos a debilidade de aplicação de políticas públicas no interior do Acre. São questões de diversas naturezas que se interseccionam e que tornam os problemas muito complexos. É emblemático perceber que os principais problemas elencados por servidoras da rede de atendimento à mulher do Acre sejam na área da Saúde, área ligada diretamente ao direito à vida. Sem o cumprimento das leis já vigentes e sem políticas de amparo social, mulheres e meninas têm o direito à vida negados pelo Estado. Esses dados coadunam com os altos índices de feminicídios e de estupros no Acre.

O Estado, que sanciona leis, muitas vezes fruto de lutas sociais, é o mesmo que nega sua aplicabilidade. A conquista de espaço no campo legal, nem por isso deixa de ser importante, mas os dados desta pesquisa mostram que apenas as leis, sem educação social para a mudança, são inócuas. Nesse sentido, as universidades amazônicas possuem um papel crucial na construção de uma sociedade mais justa e igualitária para mulheres. A educação popular praticada por meio da extensão é uma das ferramentas mais valiosas para construir espaços de possibilidades para mulheres e meninas amazônidas, gerando esperança de autonomia e de bem viver.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013. Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual e dá outras providências. Brasília, 2 ago. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12845.htm>. Acesso em: 18 out. 2024.

_____. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Maria da Penha). Dispõe sobre a criação de mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e dá outras providências. Brasília, 8 ago. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 18 out. 2024.

_____. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. Brasília, 8 dez. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm>. Acesso em: 18 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF, 20 set. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm>. Acesso em: 18 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. Dispõe sobre a regulamentação do Sistema Único de Assistência Social. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm>. Acesso em: 18 out. 2024.

CHAVES, Fabiana Nogueira. Eu só espero estar viva amanhã: uma cartografia do feminino na Amazônia Acreana: diálogos entre violência de gênero, decolonialidade, educação popular e extensão universitária. 271f. Tese (Doutorado em Educação). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2021. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/123456789/12345>>.

dle/1884/72048?show=full>. Acesso em: 15 out 2024.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 1993, Viena. Declaração e Programa de Ação da Conferência Internacional de Direitos Humanos. Viena: Nações Unidas, 1993.

CRANSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade: uma conceituação do problema. In: Revista Estudos Feministas, v. 10, n. 1, p. 177-194, 2002.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <<https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>>. Acesso em: 18 out. 2024.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Unesp, 2000.

G1 - Monitor da Violência. Brasil registra 1.463 feminicídios em 2023, alta de 1,6% em relação a 2022. Publicado em 07 mar. 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/03/07/brasil-feminicidios-em-2023.ghtml>>. Acesso em: 17 out. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://basedosdados.org/dataset/08a1546e-251f-4546-9fe0-b1e6ab2b203d?table=-ebd0f0fd-73f1-4295-848a-52666ad31757&utm_term=censo%20ibge%202022&utm_campaign=Trend+do+Censo+2022&utm_source=adwords&utm_medium=ppc&hsa_acc=9488864076&hsa_cam=21101952202&hsa_grp=160879691738&hsa_ad=693650899919&hsa_src=g&hsa_tgt=kwd-1414005611223&hsa_kw=censo%20ibge%202022&hsa_mt=b&hsa_net=adwords&hsa_ver=3&gad_source=1&gclid=CjwKCA-jw1NK4BhAwEiwAVUHPUKqxnHBBXMoq4EeNLOnE6ealBaOLuX-TF10vhwQT4U7BtUMnS-9-IRBoCbgQQAvD_BwE>. Acesso em: 17 out. 2024.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. Disponível em: <<https://dossies.agenciapatricia-galvao.org.br/feminicidio/capitulos/qual-a-dimensao-do-problema-no-brasil/>>. Acesso

em: 20 ago. 2024.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. Disponível em: <<https://www.relogiosdaviolencia.com.br/sobre>>. Acesso em: 20 ago. 2024.

Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico: Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2015 a 2021. Brasília, 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2023/boletim-epidemiologico-volume-54-no-08/view>>. Acesso em: 15 out. 2024.

OCKRENT. Christina (org). O Livro Negro da Condição das Mulheres. Rio de Janeiro: Difel, 2011.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará). Belém, 1994. Disponível em: <http://www.oas.org/juridico/portugues/mesicic2_1.htm>. Acesso em 16>. Acesso em: 17 out. 2024

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes. Global Report on Trafficking in Persons. Viena, 2018. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/2018/GLOTiP_2018_BOOK_web_small.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2024.

PAREDES, Julieta. Hilando Fino desde el feminismo comunitario. 3.ed. Cidade do México: Cooperativa El Rebozo, 2014. CREative Commons. Disponível em: <<https://sjlatino-america.files.wordpress.com/2013/06/paredes-julieta-hilando-fino-desde-el-feminismo-comunitario.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2024.

PLAN INTERNATIONAL. Tirando o véu: estudo sobre casamento infantil no Brasil. São Paulo: Plan International, 2019. Disponível em: <<https://plan.org.br/https-plan-org-br-wpcontent-uploads-2019-07-tirando-o-veu-estudo-casamento-infantil-no-brasil-plan-international-pdf/>>. Acesso em: 06 out. 2024

SEGATO, Rita Laura. La Guerra contra las Mujeres. Madri: Traficantes de Sueños, 2016. CREative Commons. Disponível em: <<https://www.traficantes.net/sites/default/files/>>

pdfs/map45_segato_web.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2024.

SOUZA, Maria José Lopes. Por que Trabalhar com Oficina. In: VIEIRA, Vera; CHARF, Clara (Orgs). Mulheres e homens trabalhando pela paz e contra a violência doméstica. São Paulo: Associação Mulheres pela Paz, 2012.

WOLFF, Cristina Scheibe. Marias, Franciscas e Raimundas: uma história das mulheres da floresta. Alto Juruá. Acre 1870-1945. 284 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo - SP, 1998. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/30433326.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

